



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
FACULDADE DE HISTÓRIA DA AMAZÔNIA TOCANTINA – FACHTO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JAÍNE SOUZA RODRIGUES

**HISTÓRIA, ORALIDADE E VIVÊNCIAS DE ADOLESCENTES QUILOMBOLAS
NO TRABALHO DOMÉSTICO EM CASA DE FAMÍLIA, NA CIDADE DE
CAMETÁ-PA, DÉCADAS DE 1980 A 1990**

CAMETÁ – PARÁ, 2023



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
FACULDADE DE HISTÓRIA DA AMAZÔNIA TOCANTINA – FACHTO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JAÍNE SOUZA RODRIGUES

**HISTÓRIA, ORALIDADE E VIVÊNCIAS DE ADOLESCENTES QUILOMBOLAS
NO TRABALHO DOMÉSTICO EM CASA DE FAMÍLIA, NA CIDADE DE
CAMETÁ-PA, DÉCADAS DE 1980 A 1990**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade de História do Campus Universitário do Tocantins/UFPA-Cametá como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Benedita Celeste de Moraes Pinto.

CAMETÁ – PARÁ, 2023

JAÍNE SOUZA RODRIGUES

**HISTÓRIA, ORALIDADE E VIVÊNCIAS DE ADOLESCENTES QUILOMBOLAS
NO TRABALHO DOMÉSTICO EM CASA DE FAMÍLIA, NA CIDADE DE
CAMETÁ-PA, NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA, DÉCADAS DE 1980 A 1990**

BANCA EXAMINADORA

**Prof.^a. Dr.^a Benedita Celeste de Moraes Pinto
FACHTO/PPGEDUC-UFPA-Cametá
Orientadora**

**Prof.^a. Dr.^a. Andrea Silva Domingues
FLL/ PPGEDUC-UFPA-Cametá
Avaliadora**

**Prof.^a M.^a. Rhana Beatriz Maia de Freitas
Avaliadora
CEAC/Cametá
Avaliadora**

À minha mãe/vó Dadá (in memorian).

**A minha mãe Fátima e aos meus irmãos,
Jéssica e Jhonatan.**

A minha amada filha, Maria Luíza.

AGRADECIMENTOS

A Deus, agradeço a minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho, e por colocar anjos em forma de pessoas para me ajudar a concluir essa etapa tão importante da minha vida.

À minha família, por todo apoio, confiança, por ser meu alicerce. À minha amada mãe, Fátima, por sempre me encorajar a continuar mesmo quando eu não me sentia capaz.

Aos meus irmãos, Jéssica e Jhonatan, e aos meus tios e primos (a) pelo apoio e amor incondicional.

À minha amada filha, Maria Luíza, a riqueza mais precisa que gerei durante o curso de História, por ser meu maior motivo para prosseguir e ser melhor a cada dia.

Meus agradecimentos eternos à minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Benedita Celeste de Moraes Pinto, por me ajudar na construção desse trabalho, pelas trocas de conhecimentos, por ser meu exemplo e principalmente, por acreditar em mim, na minha capacidade de concluir este trabalho, mesmo com minhas limitações e independente das circunstâncias.

Meu carinho e eterna gratidão aos meus colegas de curso, Héllen, Suzane, Warllen e em especial, Rhana Beatriz, que foi fundamental no meu processo de escrita desse trabalho. Obrigada pelas orientações, conselhos e puxões de orelhas sempre que necessários. Vocês são mais que amigos, são a família que a UFPA me deu, as “Tias da Malu”. Obrigada pela amizade incondicional, por todo apoio e ajuda ao longo de todo curso e do tempo que me dediquei a este trabalho.

Aos professores e colaboradores da Faculdade de História (FACHTO), pelas correções, ensinamentos e por todos os conselhos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso. Meus agradecimentos sinceros à Prof^ª Dr^ª Rosemeire Souza, que enquanto esteve diretora da FACHTO foi incansável em não deixar ninguém desistir.

Meus agradecimento especiais às interlocutoras/colaboradoras deste trabalho, que aceitaram dividir comigo suas histórias, suas lutas e seus traumas, que já estavam engavetados em suas memórias. Gratidão pela confiança, cumplicidade e ensinamentos.

Agradeço, a todos que contribuíram e participaram direta ou indiretamente da composição e escrita deste trabalho, enriquecendo meu processo de aprendizagem e conhecimentos.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo geral analisar o movimento de saída de jovens quilombolas para o centro urbano de Cametá/PA, nas décadas de 1980 a 1990, evidenciando seus interesses, os tipos de trabalhos domésticos que ocuparam e as possíveis formas de violência por elas sofrida. E com os objetivos específicos: Analisar o processo de transição do trabalho escravo para o assalariado evidenciando o trabalho doméstico; identificar os processos migratórios em territórios quilombolas no município de Cametá, buscando evidenciar os interesses que causam esses movimentos; além de analisar histórias de violência sofrida por jovens quilombolas empregadas domésticas em seus postos de trabalho em casas de família na cidade de Cametá. No mesmo sentido, discutir a realidade das trabalhadoras domésticas durante a pandemia de Covid-19, nesta cidade. Assim sendo, este estudo aborda questões relacionadas ao processo de transformação do trabalho escravo para o assalariado no Brasil, evidenciando as lutas abolicionistas. Contudo, para compreender a realidade desta pesquisa, centrada em território amazônico, em específico a cidade de Cametá, se faz importante analisar o contexto do trabalho infanto-juvenil na Amazônia, que tem sua gênese na colonização da região. Além da constituição das comunidades quilombolas na região do Baixo Tocantins, demonstrando também os motivos que levam essa população a migrar para os centros urbanos. Metodologicamente se utiliza como apoio teórico-metodológico obras de autores que discutem as temáticas em questão como: Telles (2011), Dantas (2008), Lamarão (2008); além de autores que discutem sobre a formação de comunidades quilombolas na região do Baixo Tocantins, como: Gomes (2015) e Pinto (2004, 2010), e autores que apresentam a realidade do trabalho doméstico no Brasil, como: Pedrosa (2013), entre outros. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, em que a coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro e conversas livres com as sujeitas da pesquisa. Por questões éticas os nomes das entrevistadas/colaboradoras deste estudo não são reveladas neste trabalho, pois se trata de memórias dolorosas e violentas. Sendo assim, elas são identificadas por nomes de frutas nativas da Amazônia. Dados da pesquisa apontaram que a exploração do trabalho dessas adolescentes ocorre com grande carga de trabalho, pois realizam tarefas a mais do que deveriam, sendo que em algumas ocasiões essas jovens não recebiam nenhuma remuneração, além de alimento e um teto para morar, ocorrendo uma espécie de relação de dependência dessas adolescentes para com os patrões, configurando-se em assédio moral. Além disso, os assédios sexuais também são práticas que ocorrem com certa frequência com essas adolescentes no ambiente de trabalho doméstico.

Palavras-chave: História, Trabalho doméstico; Jovens quilombolas; Assédio moral e sexual

ABSTRACT

This work aims to analyze the movement of young quilombolas to leave for the urban center of Cametá/PA, in the decades from 1980 to 1990, evidencing their interests, the types of domestic work they occupied and the possible forms of violence suffered by them. And with the specific objectives: To analyze the process of transition from slave to wage labor, evidencing domestic work; Identify the migratory processes in quilombola territories in the municipality of Cametá, seeking to highlight the interests that cause these movements; in addition to analyzing stories of violence suffered by young quilombolas domestic workers in their jobs in family homes in the city of Cametá. In the same vein, discuss the reality of domestic workers during the Covid-19 pandemic in this city. Thus, this study addresses issues related to the process of transformation from slave to wage labor in Brazil, evidencing the abolitionist struggles. However, to understand the reality of this research, centered on Amazonian territory, specifically the city of Cametá, it is important to analyze the context of child and adolescent work in the Amazon, which has its genesis in the colonization of the region. In addition to the constitution of quilombola communities in the Lower Tocantins region, also demonstrating the reasons that lead this population to migrate to urban centers. Methodologically, it is used as theoretical and methodological support works of authors who discuss the themes in question, such as: Telles (2011), Dantas (2008), Lamarão (2008); in addition to authors who discuss the formation of quilombola communities in the Baixo Tocantins region, such as: Gomes (2015) and Pinto (2004, 2010), and authors who present the reality of domestic work in Brazil, such as: Pedrosa (2013), among others. This is a qualitative research, in which data collection took place through semi-structured interviews based on a script and free conversations with the research subjects. For ethical reasons, the names of the interviewees/collaborators of this study are not revealed in this study, since they are painful and violent memories. Thus, they are identified by names of fruits native to the Amazon. Data from the research pointed out that the exploitation of the work of these adolescents occurs with a great workload, because they perform tasks more than they should, and on some occasions these young women did not receive any remuneration, besides food and a roof to live, occurring a kind of relationship of dependence of these adolescents with the bosses, Setting up bullying. In addition, sexual harassment is also a practice that occurs with some frequency with these adolescents in the domestic work environment.

Keywords: History, Domestic work; Young quilombolas; Bullying and sexual harassment

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	9
CAPÍTULO I	
BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DE TRANSIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO PARA O LIVRE ASSALARIADO: A DIFÍCIL FAIXA DA MULHER NEGRA DOMÉSTICA EM BUSCA DA SOBREVIVÊNCIA.....	12
1.1. HISTÓRICO DE NORMAS DE TRANSIÇÃO DO TRABALHO FEMININO ESCRAVIZADO PARA O ASSALARIADO NO ESPAÇO DOMÉSTICO.....	12
1.2. A RESISTÊNCIA NEGRA E A ORGANIZAÇÃO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BAIXO TOCANTINS.....	16
1.3. CAUSAS E INFLUÊNCIAS DO PROCESSO MIGRATÓRIO DE JOVENS ADOLESCENTES QUILOMBOLAS PARA A CIDADE E O TRABALHO DOMÉSTICO EM CASA DE FAMÍLIA.....	19
CAPÍTULO II	
HISTÓRIA E VIVÊNCIAS DE JOVENS QUILOMBOLAS EM BUSCA DA EDUCAÇÃO FORMAL ATRAVÉS DO TRABALHO DOMÉSTICO.....	23
2.1. AS CRIAS DE FAMÍLIAS E O TRABALHO DOMÉSTICO INFANTO-JUVENIL NA REGIÃO AMAZÔNICA.....	23
2.2. O TRABALHO DOMÉSTICO E A USURPAÇÃO DE DIREITOS MESCLADO A DIFERENTES TIPOS DE VIOLÊNCIAS E EXPLORAÇÕES COM CICATRIZES PROFUNDAS.....	41
2.3. OS DIREITOS DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS E AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS POR ESSAS TRABALHADORAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS	
BIBLIOGRÁFICAS.....	589

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho é resultado de inquietações surgidas a partir da vivência cotidiana e familiar com mulheres que na maior parte de suas vidas foram trabalhadoras domésticas, e que demoraram algum tempo para quebrar o ciclo de gerações que permaneciam trabalhando restritamente no espaço doméstico de casas de família.

A escolha do tema se deu a partir de trocas de conhecimentos entre mim e minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Benedita Celeste Pinto, ainda no decorrer do curso, tendo em vista que ela é pesquisadora dentro de comunidades quilombolas das quais eu descendo. A experiência de vida de muitas mulheres da minha família, que migraram das suas comunidades para a cidade, com a finalidade de estudar ou contribuir financeiramente para o sustento da família, passou a me interessar e se tornar objeto de estudo deste trabalho de conclusão de curso.

A princípio tive receio em ter dificuldade na obtenção de dados por parte das entrevistadas, já que a temática aborda questões pessoais delicadas e até mesmo traumáticas para elas, e por algumas delas fazerem parte do meu círculo de convívio. No entanto, no decorrer das entrevistas pude notar que este fator foi favorável, pois, à medida que elas iam falando, se sentiam mais à vontade, por falarem que questões tão sensíveis para alguém que já conheciam e, portanto, confiavam.

Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo geral analisar o movimento de saída de jovens quilombolas para o centro urbano de Cametá/PA, nas décadas de 1980 a 1990, evidenciando seus interesses, os tipos de trabalhos domésticos que ocuparam e as possíveis formas de violência por elas sofrida. E com os objetivos específicos: Analisar o processo de transição do trabalho escravo para o assalariado evidenciando o trabalho doméstico; identificar os processos migratórios em territórios quilombolas no município de Cametá, buscando evidenciar os interesses que causam esses movimentos; além de analisar histórias de violência sofrida por jovens quilombolas empregadas domésticas em seus postos de trabalho em casas de família na cidade de Cametá. No mesmo sentido, discutir a realidade das trabalhadoras domésticas durante a pandemia de Covid-19, nesta cidade.

Nestas condições, são abordadas neste estudo questões relacionadas ao processo de transformação do trabalho escravo para o assalariado no Brasil, evidenciando as lutas abolicionistas que tem como consequência as leis anteriores a abolição pela Lei Áurea. Nesse sentido, o principal posto de trabalho assumido por mulheres era no espaço doméstico.

Mulheres livres, negras libertas e brancas imigrantes disputavam as vagas de emprego disponibilizadas na zona urbana. Para as mulheres negras o trabalho doméstico era visto como uma garantia de sobrevivência, tanto para ela, quanto para a de sua família. Mesmo assim, os passos eram lentos, dados em direção ao efetivo trabalho assalariado.

É necessário também se discutir sobre o movimento de migração do campo para os centros urbanos, realidade muito vivenciada no município de Cametá, em que grupos de pessoas saem de suas comunidades rurais ou quilombolas em busca de melhores condições de vida para a cidade. Outra questão é se conhecer como se formaram as comunidades quilombolas da Região do Baixo Tocantins, foco deste trabalho, já que as sujeitas da pesquisa são pertencentes dessas comunidades.

Desta forma, para compreender a realidade onde foi centrada a pesquisa que deu origem ao presente estudo, que é o território amazônico, em específico Cametá, se faz importante analisar o contexto do trabalho infanto-juvenil na Amazônia, que tem sua gênese na colonização da região. Para tal discussão são utilizados como apoio teórico metodológico os trabalhos de Maria Luiza Lamarão (2008) e Luísa Maria Dantas (2008), que discutem a presença das crias de família, termo que engloba uma “ambiguidade da posição da menina na família de terceiros, ora acessória (como agregada), ora ligada por laços familiares (quase da família)” (LAMARÃO, 2008 p. 20).

No mesmo sentido, para embasar as análise desse estudo conta-se com auxílio teórico-metodológico de autores que discutem temáticas referentes a resistência negra e o processo de fuga: Telles (2011), Dantas (2008), Lamarão (2008); além de autores que discutem a respeito da formação de comunidades quilombolas na região do Baixo Tocantins, como: Gomes (2015) e Pinto (2004, 2010), e autores que apresentam a realidade do trabalho doméstico no Brasil, como: Pedrosa (2013), entre outros.

É importante mencionar que pesquisa executada para a composição deste estudo é cunho qualitativo, uma vez que a coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro e conversas livres, com perguntas acrescentadas de acordo com a necessidade que ia surgindo no momento das entrevistas com as colaborados deste estudo. Por questões éticas as identidades das entrevistadas não serão reveladas neste trabalho, pois se trata de memórias dolorosas e violentas. Sendo assim, elas são identificadas por nomes de frutas nativas da Amazônia: a primeira será chamada de Araçá, a segunda de Açaí e a terceira de Inajá, conforme sugestão das próprias entrevistadas.

Por outro lado, é importante mencionar que são apresentadas neste trabalho algumas questões sobre a situação atual do trabalho doméstico no Brasil, evidenciando o processo da legislação. Pois, durante a Assembleia Constituinte de 1987-1988 alguns direitos importantes para as empregadas domésticas não foram promulgados, sendo elas somente foram contempladas com uma legislação específica em 2013, com a chamada PEC das Domésticas.

Por isso, deve ser ressaltado que mais recentemente, durante a pandemia de Covid-19, essas trabalhadoras sofreram com inúmeras violências, muitas vezes sendo obrigadas a permanecerem na casa dos patrões nos períodos de lockdown, para manterem seus empregos, deixando seus familiares para garantir a subsistência de todos.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está estruturado em dois capítulos. O primeiro capítulo, intitulado, *Breve Contexto Histórico de Transição do Trabalho Escravo para o livre Assalariado: A Difícil Faina da Mulher Negra Doméstica em busca da Sobrevivência*, faz uma rápida abordagem a respeito das formas de transição do trabalho escravo para o assalariado e como a figura feminina de descendência negra é submetida ao trabalho doméstico. O segundo capítulo, *História e Vivências de Jovens Quilombolas em Busca da Educação Formal Através do Trabalho Doméstico*, analisa o processo de migração de jovens quilombolas para a cidade, discorrendo a respeito de questões relacionadas a interesses, sobrevivência, busca de continuidade no estudo e violências enfrentadas por jovens quilombolas empregadas em casas de família na cidade de Cametá.

CAPÍTULO I

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DE TRANSIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO PARA O LIVRE ASSALARIADO: A DIFÍCIL FAINA DA MULHER NEGRA DOMÉSTICA EM BUSCA DA SOBREVIVÊNCIA

1.1. HISTÓRICO DE NORMAS DE TRANSIÇÃO DO TRABALHO FEMININO ESCRAVIZADO PARA O ASSALARIADO NO ESPAÇO DOMÉSTICO

Há um grande processo entre o fim do trabalho escravo no Brasil e a inserção desses trabalhadores no modelo de trabalho assalariado. As primeiras ações são as lutas abolicionistas, que visavam o fim do tráfico de escravos, mas que esbarravam nos interesses das oligarquias cafeeiras, que de modo algum iriam se desfazer, sem contrapartida, de seus “investimentos”.

O latifúndio era parte principal da organização social, do meio rural e do urbano, no período anterior a abolição. Era nesse espaço que inúmeras relações eram tecidas, se vivenciava uma forma de dependência entre a mão-de-obra, os pequenos proprietários e os grandes donos de terras, baseada na troca de favores. Esse espaço se tornou, segundo Fausto Brito (2004) uma unidade básica, social e econômica. Por conta, do modo de vida que possibilitava a sobrevivência pela agricultura, homens livres e pobres, que viviam nos latifúndios e arredores, não se transformaram em mão-de-obra assalariada de imediato, permanecendo dentro dessa relação de paternalismo. Dessa forma, podemos identificar que coexistiam modelos de trabalho: o escravo, o livre no Brasil, e nos primeiros passos para o assalariamento. Com as lutas abolicionistas os trabalhadores livres passaram a ser maioria.

Para que seu principal bem, as terras, fosse mantido entre os seus, os grandes latifundiários em acordo com o Estado resolveram limitar o acesso a elas, no sentido de posse ou compra. Cria-se então, a Lei de Terras, aprovada em 18 de setembro de 1850, que proibia a abertura de novas posses e restringia o acesso a terras devolutas, a não ser que fosse pela compra. As terras devolutas se transformaram em monopólio do Império brasileiro, e depois da República (BRITO, 2004). Sendo esta lei uma garantia da manutenção dos interesses desses grandes proprietários, que viviam sob a notícia da possível abolição da escravidão e a chegada dos imigrantes europeus.

Em 1871 em meio a pressão dos abolicionistas, o Estado Imperial promulgava a Lei do Ventre Livre, também conhecida como Lei Rio Branco, que acelerava o processo de emancipação dos filhos de escravas, mas que ainda eram mantidos sob a tutela do senhor a escrava e seu filho agora livre (TELLES, 2011). Essa era uma maneira de atender as reivindicações dos abolicionistas, mas também de garantir a manutenção do poder dos senhores de escravos, que em meio à crise da mão de obra, por conta do fechamento dos portos para o tráfico de escravos vindos da África em 1851, necessitavam manter a qualquer custo seus trabalhadores, e seus filhos “livres”.

Uma outra questão importante para ser analisada dentro da mudança na forma de trabalho é como os senhores de escravos se beneficiam das leis para que até o último momento não tivessem que libertar seus escravos. As leis promulgadas foram importantes dentro das lutas abolicionistas e de resistência dos escravos e libertos, mas também foram um repertório de leis que garantiu a manutenção dos privilégios e interesses dos senhores no controle do trabalho.

Em 1885, após a Guerra do Paraguai, é promulgada a lei dos sexagenários que era uma relação de troca entre o Estado e os senhores, que mediante pagamento de indenização e trabalho por mais três anos ou até completar 65 anos os escravos eram libertos (TELLES, 2011). A Lei do Ventre Livre promoveu a intensificação do tráfico interprovincial, que era a retirada de escravos de regiões com pouco desenvolvimento agrícola, para as lavouras de café na região de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Com essa nova situação o número de fugas aumentou, assim como a exploração do trabalho de mulheres escravas, com o mercado lucrativo de aluguel de escravas domésticas. O aluguel ou compra e posse de escravos estava sendo popularizado entre as classes médias, não era mais somente o proprietário de terras e grande comerciante que possuíam escravos, agora médicos, juízes e mulheres sós ou viúvas (TELLES, 2011).

Com o intuito de resolver o problema da ausência de mão-de-obra, em 1886 é fundada a Sociedade Promotora da Imigração para incentivar a contratação de imigrantes europeus para os serviços, tanto na lavoura, quanto no trabalho doméstico. Nesse cenário cresce a disputa pelos postos de trabalho entre as mulheres, libertas, livres, pobres e imigrantes, um exemplo era o serviço doméstico, “trabalho mal pago, desqualificado e desvalorizado na economia para o lucro” (TELLES, 2011 p. 26). O trabalho doméstico para as mulheres negras era uma forma de sobrevivência, muitas vindas das experiências do cativo, e a forma mais simples de conseguir um emprego era nas casas das famílias. Já as

imigrantes possuíam o privilégio da cor e em alguns casos conseguiam melhores colocações de empregos, até mesmo na área doméstica.

Em sua dissertação, “Libertas entre sobrados: Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão”, a autora Lorena Telles (2011), apresenta uma discussão sobre a desvalorização do trabalho doméstico. Em meio à crise de mão-de-obra, o prejuízo era maior para o senhor quando um escravo fugia, como a fuga do escravo Tibério que comprou sua liberdade com a ajuda dos abolicionistas, do que se uma escrava tivesse fugido, sua substituição era mais fácil, demonstrando a precariedade do trabalho doméstico, que a qualquer momento uma imigrante ou uma liberta poderia tomar tal lugar (TELLES, 2011).

Nesse ambiente mais urbano, as modernizações trabalhistas chegam bem rápido, então um grande passo para o efetivo trabalho livre assalariado foi a organização das cadernetas de trabalho, necessárias para empregar qualquer trabalhador, “era um repertório de deveres e obrigações aos criados e modelador de conduta do patrão” (TELLES, 2011 p. 36). As cadernetas foram pensadas para servirem de controle social, possibilitando identificar os trabalhadores para garantir a ordem, já que as cidades estavam sendo “tomadas” por libertos e imigrantes, além dos trabalhadores escravos e os livres. Contudo, também foi uma forma de regulamentar o trabalho doméstico, sendo possível controlar a vida das trabalhadoras.

Para os patrões as cadernetas interferiam na dominação da esfera privada, pois os senhores que ainda viviam sob a organização social escravocrata, em que escravos eram objetos, ter uma lei municipal que modificasse essa estrutura era vista como uma violação. Os artigos da lei evidenciavam a perda da autoridade dos senhores sobre seus trabalhadores, além de ser uma tentativa de transformar práticas e tratamentos arraigados dos patrões para com suas escravas domésticas, no sistema escravista (TELLES, 2011).

A transição do trabalho escravo para o livre assalariado, teve inúmeras consequências, principalmente para as mulheres.

Para as libertas e descendentes, migrantes ou nascidas na Capital, que deixavam o cativo e as cidades de origem sem posses, os serviços domésticos, a faina diária e a dependência dos patrões e seus salários minguados constituíram a forma de sobrevivência possível num mercado de trabalho pouco generoso. O ingresso crescente de estrangeiros, a expansão da cidade e seus serviços, somados ao decréscimo da população escrava, aumentavam a demanda por serviços urbanos e domésticos em geral (TELLES, 2011 p. 47).

Há o aumento da demanda por trabalhadoras domésticas, entre os funcionários públicos e liberais, classe em ascensão, contudo há também um inchaço de disponibilidade. Então, para sobreviver precisavam disputar os postos de trabalho e os baixos salários, existindo a exclusividade feminina para alguns trabalhos domésticos, como: amamentação, lavagem, costura, engomar roupas (TELLES, 2011). O trabalho doméstico oferecia a oportunidade de emprego fixo às mulheres, era um meio de garantia da sobrevivência dos filhos e maridos, através de seus ganhos, gratificações e “sobras”:

Geralmente, na maioria dos casos, as domésticas que moravam fora da casa do patrão eram mulheres casadas com numerosa prole na sua dependência e do marido e a possibilidade de evitar a fome cotidiana, “pelo embrulhinho de comida que levava do serviço todos os dias”, representava um dos grandes atrativos do trabalho doméstico em casa de pessoas abastadas (TELLES, 2011 p. 92).

Aquele embrulho de comida com as sobras do patrão era o principal atrativo no trabalho doméstico, pois era a possibilidade de alimentar a família com regularidade, além das garantias de permanência do emprego.

Nesse sentido, é importante analisar as formas de pagamento pelo trabalho realizado que eram dos mais diversos, como apresenta Telles (2011): “sem vencimento senão comida e roupa”, “vencendo por mês o alimento e vestuário”, “casa para morar e comedorias”, “casa, comer, médico e botica” (TELLES, 2011 p. 121). A realidade da necessidade de sobreviver e a negociação dos pagamentos fizeram com que a ideia de trabalho assalariado nos moldes capitalista fosse caminhando a passos lentos nas residências brasileiras. Contudo, essa não é uma realidade muito distante, pois até hoje ainda existe essa forma de “acordo” trabalhista em que a doméstica é “paga” com a troca de seu trabalho por uma casa, alimentos e roupas.

Os direitos garantidos a essas trabalhadoras urbanas vinham das posturas municipais e da boa vontade do patrão. O horário de trabalho das domésticas começava cedo da manhã e terminava antes da meia-noite, tendo os domingos e dias santos de folga (TELLES, 2011). A organização da jornada de trabalho, assim como do salário dessas trabalhadoras, era uma tentativa de modificar o modelo do trabalho escravo vivenciado no Brasil, mas somente nas ideias esses pontos representavam o trabalho livre, pois as jornadas continuavam exaustivas e os salários muito pequenos, com uma diferença, “a ausência” de castigos físicos.

A autora Telles (2011), nos apresenta dados sobre a mobilidade das mulheres para as capitais nesse período, tendo uma diferença entre mulheres jovens e as mais velhas, e os homens. Mulheres jovens, sem filhos, possuíam um pouco mais de liberdade para mudar de região, localidade ou cidade, já as mulheres mais velhas que tinham filhos e parentes idosos

tinham mais dificuldades ou até mesmo escolhiam não ter essa mobilidade. Contudo, distanciar-se das experiências no cativeiro também foram os motivos pelo qual mulheres decidiram migrar para outros territórios, sendo assim rompiam indo para as capitais os ciclos e laços de submissão (TELLES, 2011). Assim também, estando diante, novamente, de padrões violentos, circunstâncias do trabalho doméstico, essas mulheres lutavam por sua sobrevivência fazendo resistências, que eram refletidas em suas determinações de limites para os serviços domésticos, ou por fugas do trabalho.

1.2. A RESISTÊNCIA NEGRA E A ORGANIZAÇÃO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BAIXO TOCANTINS

A região do Baixo Tocantins possui um número significativo de comunidades rurais negras e de remanescentes de quilombos. Isso se reflete pela quantidade de grupos escravizados que chegaram à região, muito a partir da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão criada em 1755 pela coroa para incentivar a inserção dessa mão-de-obra (PINTO, 2010). É interessante pensar que nessas comunidades não há uma homogeneidade, segundo Gomes (2015) “fugitivos da escravidão (e também índios e desertores militares), e depois aquelas com a migração dos libertos, se formaram” (GOMES, 2015, p. 7), isso promoveu uma diversidade de características nessas comunidades.

A principal resistência realizada pelos escravizados foram as fugas, que não se relacionavam diretamente a criação de um quilombo. Havendo, segundo Gomes (2015), algumas experiências diferentes para os fugitivos, que eram:

Nas áreas rurais, as dificuldades mudavam de lugar, ficando o fugitivo entre uma vida movediça e sempre improvisada; andando sozinho ou em dupla pelas matas, tentando fazer alianças para obter proteção. Tiveram aqueles que escaparam (muitas vezes coletivamente) e formaram comunidades, procurando se estabelecer com base econômica e estrutura social própria (GOMES, 2015, p. 9).

As fugas significavam liberdade, mesmo que isso se resumisse em mudar constantemente e buscar alianças para sobreviver. Significavam também organização, pois os grupos formados buscavam desenvolver atividades comerciais estabelecendo sua forma de vivência.

Um ponto que chama atenção é a denominação usada no Brasil para identificar essas comunidades organizadas por escravizados. Em muitos momentos aparecem a palavra

mocambo e em outros quilombos, que são palavras de origem africana, “para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apresamentos de escravizados” (GOMES, 2015, p. 10).

A autora Benedita Celeste de Moraes Pinto, em seu livro “Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina” (2010), apresenta uma separação no entendimento do significado dessas palavras. Além de evidenciar como os mais velhos identificam esses locais.

De origem Kimbundo (Sul de Angola), as palavras quilombo e mocambo têm significados diferentes: quilombo significa lugar de acampamento, de refúgio; também significaria o modo móvel de morar do povo Imbangala. Enquanto, mocambo quer dizer cumeeira, pau de fileira. Na região do Tocantins os mais velhos se referem aos antigos redutos dos seus antepassados como lugar “dos fugidos”, “dos escondidos”; raras vezes se ouve dos velhos as palavras mocambo ou quilombo (PINTO, 2010, p. 28).

Podemos perceber que quilombo está associado a ideia de morada, não necessariamente fixa, bem próximo do que se vivia nas comunidades construídas pelos escravizados fugidos. Mas, ainda assim não era um termo popularizado entre os grupos, sendo chamados pelos velhos de lugar dos fugidos, demarcando o que os participantes das comunidades eram.

Voltando em específico para a região do Baixo Tocantins, Pinto (2010), afirma que

A região do Tocantins foi marcada pela existência de vários quilombos. Alguns deles foram descobertos; outros jamais foram descobertos. Os quilombolas, diante das ameaças de reescravidão e dos riscos de aniquilamento, adentraram pelas matas, rios e igarapés e, no interior da floresta organizaram novos mocambos (PINTO, 2010, p. 30).

Pode-se afirmar que a formação da região ajudou na organização desses quilombos, pois se hoje ainda existem muitas matas fechadas, naquela época deveriam ser ainda maiores. Além dos rios que interligam as cidades e os interiores ampliando de forma considerável as rotas de fuga e os locais de esconderijo.

Outra associação entre a região do Baixo Tocantins e as organizações de quilombo se dá pelas questões políticas vivenciadas no Brasil e no Grão-Pará. Pinto (2010) afirma que as articulações pela Independência e em seguida as lutas cabanas, durante a Cabanagem, também criaram nos grupos escravizados um interesse pela fuga.

As fugas de negros se tornaram um processo constante e incontrolável, cuja vitalidade foi acrescida com a propaganda da Independência, que atraiu os negros na luta pela liberdade. Os negros, embora perseguidos pela força militar [...] rumavam para diversas direções. A região do Baixo Tocantins exercia uma certa sedução, visto que aí, principalmente na localidade de

Cametá, ventilavam-se movimentações contra o regime (PINTO, 2010, p. 55).

Segundo Freitas (2018), Cametá foi palco de duas tomadas populares de poder, que podem ter servido de influência para o interesse dos escravizados em virem para essa região.

No período da Independência a tomada da câmara municipal por revoltosos em 1824, contra a terrível tragédia do Brigue Palhaço e as medidas da nova Junta Provisória do governo, bem como para defender a Independência. (FREITAS, 2018, p. 10 e 22).

Cametá é cenário de mais uma revolta em luta pela efetivação da Independência. Em 26 de abril de 1826 o soldado Antônio Vieira Barbosa organiza uma ação para tomar o controle da Vila, com o intuito de expulsar desta os portugueses que ainda detinham o controle político e comercial (FREITAS, 2018, p. 24).

E durante a cabanagem, movimento de contestação ao poder imperial, a circulação de pessoas pelo interior aumenta e com isso a articulação também. de quilombos

É possível supor que com a quantidade de fugidos na região (durante a Cabanagem o número só fez aumentar), incluindo desertores e homens livres pobres; mocambos e comunidades de fugitivos acabaram ficando invisíveis misturados com os vários regatões e povoações camponesas. Até devido à base econômica no extrativismo tais comunidades se tornaram móveis, migrando por toda a região (GOMES, 2006, p. 285).

Esses grupos de fugidos se misturaram com as comunidades rurais já existentes na região, assim como aproveitaram o modelo de trabalho extrativista de drogas do sertão para passarem despercebidos. E são nessas ações que os grupos fugidos identificam vantagens de vir e percorrer a região, encontrando espaços de compartilhamento de experiências.

No município de Cametá, formou-se às margens do igarapé Itapocú o quilombo do Mola; no município de Mocajuba há indícios do quilombo de Icatu; e, no município de Baião, negros libertos e fugidos se uniram na formação do quilombo de Paxibal. Essas comunidades de fugitivos proporcionaram a formação de vários mini-quilombos, no Tocantins. (PINTO, 2010, p. 56).

E dessa forma, algumas comunidades até hoje resistem para manter entre os seus as memórias de seus ancestrais, que muito lutaram para se manterem livres e construírem um espaço que poderia de alguma forma lembrar a vida antes da diáspora.

Segundo afirmam Pinto et al (2020), essas comunidades remanescentes de quilombolas podem ser caracterizadas, nos dias atuais, por questões políticas, também como focos de resistências, “relacionadas à lutas reivindicatórias dos seus habitantes pela posse e titulação de suas terras, direito assegurado no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal do Brasil, são reconhecidos como espaços de terras de

descendentes de negros e negras que foram submetidos(a) à condição de escravizados(as) no período colonial”. Cujas terras onde habitam podem ter vindas de doações, ocupações e até compradas “a partir de muito esforço empreendido pelo grupo”, nas quais “vivem da agricultura de subsistência, transmitindo para os mais jovens, a partir de vivências e experiências cotidianas, hábitos, costumes, práticas culturais e saberes herdados dos seus ancestrais” (PINTO, et al, 2021, p.125).

1.3. CAUSAS E INFLUÊNCIAS DO PROCESSO MIGRAGATÓRIO DE JOVENS ADOLESCENTES QUILOMBOLAS PARA A CIDADE E O TRABALHO DOMÉSTICO EM CASA DE FAMÍLIA

A saída do campo para a cidade não é um fenômeno recente, existem várias causas que influenciam nessa decisão. Com relação às jovens adolescentes que se deslocam das comunidades rurais para os centros urbanos, os autores Guélmer Faria e Luiz Macedo (2013) nos apontam algumas questões: A união da busca por melhores condições de vida, como empregos, bons salários e políticas públicas, com a industrialização do modo de produção são as principais causas de fomento do êxodo rural (FARIA e MACEDO, 2013). Nesse sentido, os estudos sinalizam para uma maior saída das mulheres em busca dessas melhorias.

A forte representatividade com que as moças vêm aparecendo nos números e nas discussões sobre migração no mundo globalizado faz com que muitos especialistas venham falando de feminização dos fluxos migratórios ou deslocamentos populacionais e mais recentemente de mobilidade sociolaboral. O que torna necessária uma ponderação interna sobre as peculiaridades da migração feminina, e mais especificamente do segmento infante-juvenil. (NETO e NAZARETH, apud FARIA e MACEDO, 2013 p. 105).

É possível se pensar em uma flexibilização da participação das mulheres no trabalho do campo, transformando-as em “sobras” de mão-de-obra, forçando sua saída para buscar outros postos de trabalho.

Por outro lado, segundo afirma Pinto (2004) o destino de alguma menina rural quilombola da região Tocantina só pode ser diferente das atividades que executa na roça e no espaço doméstico em seus povoados, quando ela sai para morar na casa de alguma família como empregada doméstica nas cidades com a intenção de continuar os estudos. “Em muitos casos não há salário pelo trabalho de doméstica, ganham em troca o tempo para ir à escola, material escolar e algumas roupas” (PINTO, 2004, p. 154-155).

Durante as atividades de pesquisa busquei entender os motivos que fizeram com que as entrevistadas deixassem suas comunidades para trabalhar em casas de família, e o motivo que mais se destaca é a busca pela continuação nos estudos. Em muitas comunidades rurais ou quilombolas as escolas, naquele momento, trabalhavam somente com o ensino fundamental menor, e salas multisseriadas, ou seja, até o atual 5º ano.

Atualmente já é mais comum encontrar escolas de ensino infantil e fundamental menor e maior, e as salas multisseriadas, que possibilitam aos moradores finalizar seus estudos dentro da comunidade. Algumas comunidades contam com escolas de ensino médio, mas ainda são poucas.

Nesse sentido, a intenção das sujeitas/colaboradoras deste trabalho era finalizar os estudos saindo da comunidade, contudo a carga de trabalho que lhes era imposto nas casas que eram empregadas impossibilitaram que elas finalizassem os estudos no tempo certo. Então, como iremos ver, duas delas repetiram algumas séries, a outra parou muito tempo de estudar e somente depois retornou. Mas, é com felicidade que elas falam que conseguiram finalizar os estudos, e até entrar no nível superior.

Outra questão também pode ser analisada, a desqualificação do trabalho da mulher no campo, uma noção de divisão sexual do trabalho, em que os homens são mais importantes no meio rural do que as mulheres.

À migração dos jovens, pode ser explicado pelas relações familiares que estão menos rígidas, pois a obrigação ou o padrão moral dos anos 60-70 que obrigava os filhos a trabalhar nas unidades produtivas e na agricultura parece estar dissolvida, podendo-se perceber que é dado aos jovens um maior poder de decisão entre escolher se quer ficar ou sair do meio rural. Por outro lado, essa maior abertura nas relações familiares não conseguiu superar ainda a questão de gênero e o reconhecimento do trabalho feminino, pois as moças não apresentam um envolvimento direto no trabalho agrícola (VELA et al., apud FARIA e MACEDO, 2013 p. 104-105).

Essa espécie de dissolução das normas que “prendiam” os jovens nas produções agrícolas é bastante visível, as saídas para estudar ou para trabalhar em outras regiões são mais comuns. Mas, essas saídas podem permitir a manutenção de problemas sociais, como acesso a empregos de baixa qualificação e remuneração.

A feminização da migração, apresentada anteriormente, faz com as mulheres estejam sujeitas a certas situações:

Há um grande número de mulheres migrantes precisando e querendo ser incorporadas ao mercado de trabalho, mas sem qualificação formal adequada. De modo que serviços de doméstica, diarista, faxineira ou babá,

que não exigem qualificação e culturalmente são associados às mulheres, acabam sendo ocupações remuneradas com grande procura entre as mulheres migrantes. NETO e NAZARETH, apud FARIA e MACEDO, 2013 p. 107).

Sem qualificação se empregar no serviço doméstico é de alguma maneira a forma mais fácil, a primeira ou a única, para entrar no mercado de trabalho, sendo historicamente um espaço de maioria feminina. Em muitos casos meninas trabalham em troca da possibilidade de estudar, o caminho para a melhoria da condição de vida, para Faria e Macedo (2013), o trabalho doméstico infanto-juvenil acarreta riscos, como a exploração, a instabilidade e abusos sexuais (FARIA e MACEDO, 2013).

O movimento de entrada e saída de pessoas do campo está presente desde o início da história do Brasil. As formações de quilombos são um exemplo desses movimentos, evidenciando que esses espaços não recebiam somente africanos escravizados, mas colonos livres e pobres, desertores e libertos. Pensando nesse primeiro momento, de colonização, as motivações estavam associadas a sobrevivência: busca por melhores condições de vida, mais postos de trabalho, algumas vezes indo em direção ao campo e outras indo para a cidade.

Com a consolidação das comunidades rurais outros motivos foram sendo acrescentados aos movimentos de migração, principalmente para a garantia de acesso a educação e saúde nos centros urbanos. Podem ser também resumidos em fatores: econômicos, políticos e sociais (SANTIAGO, SMITH JÚNIOR e SOUZA, 2018).

Autores como Klein (2000), indicam certas características para o atual movimento de migração pelo território brasileiro, que são os fatores de expulsão e de atração de pessoas do e para o campo.

O principal motivo da “expulsão” de pessoas são as condições econômicas, destacando três condicionantes: “o primeiro é o acesso à terra e, portanto, ao alimento; o segundo a variação da produtividade da terra; e o terceiro, o número de membros da família que precisam ser mantidos”. O fator de atração dos imigrantes é determinado por melhores condições para os povos em se fixar e se adaptar, marcados pelas condicionantes conjunturais. (KLEIN, apud SANTIAGO, SMITH JÚNIOR E SOUZA, 2018, p. 129).

A partir das falas das entrevistadas pode-se perceber que a produção de subsistência da roça não era o suficiente para suprir as necessidades da família que eram numerosas, exatamente dois dos motivos apresentados pelo autor. Ou seja, a saída para trabalhar em casas de família está associada a essa busca por melhores condições de vida, como será

discutido mais a frente, para as famílias dar um filho(a) para outra família “criar” era a possibilidade de ele sobreviver já que as condições no campo não eram boas.

CAPÍTULO II

HISTÓRIA E VIVÊNCIAS DE JOVENS QUILOMBOLAS EM BUSCA DA EDUCAÇÃO FORMAL ATRAVÉS DO TRABALHO DOMÉSTICO

2.1. AS CRIAS DE FAMÍLIAS E O TRABALHO DOMÉSTICO INFANTO-JUVENIL NA REGIÃO AMAZÔNICA

O trabalho doméstico infanto-juvenil, segundo Lamarão (2008), é naturalizado, pois é constituído dentro de uma sociedade desigual, marcada pela presença de escravos, amos e empregados na casa dos senhores, e é nessa realidade que se inclui o recrutamento de crianças e jovens das áreas rurais para esses serviços. É utilizado nessa última situação o argumento de que ao tirar as crianças da pobreza vivida pela família de origem, estariam os recrutadores fazendo-lhes um bem. Contudo, segundo a autora, isso esconde as relações de poder que estão embutidos nessa “boa ação”, além “da exploração, dominação e da opressão presente na posição de criada ou empregada doméstica” (LAMARÃO, 2008 p. 20).

O trabalho doméstico por definição, para Lamarão (2008),

Se objetiva na existência humana como parte integrante das formas primárias de trabalho no processo de reprodução material e social, quando o homem transforma a natureza para garantir seu sustento próprio e de sua família. Nesse processo primitivo, ainda sem a perspectiva da acumulação, o trabalho doméstico se inscreve como uma atividade laboral que dá suporte às ações de mediação entre homem e natureza, pois a preparação do alimento, do vestuário, o cuidado com os filhos e a manutenção da casa são um dos fazeres do trabalho doméstico na escala de reprodução da existência humana (LAMARÃO, 2008 p. 48).

Neste sentido, o trabalho doméstico passou a fazer parte da humanidade para a garantia de sua sobrevivência, pois passou ser necessário um maior cuidado com a alimentação, vestimenta e cuidados com a restante da família. Ocorre então, uma divisão sexual do trabalho, ficando sob responsabilidade das mulheres esse trabalho doméstico, enquanto os homens seguem em direção a obtenção do sustento da família. “Assim, a história registra a existência de: servas, criadas, empregadas domésticas, lavadeiras, faxineiras, babás e atualmente as denominadas “diaristas”, que é uma das expressões do trabalho precarizado – sem garantias trabalhistas, sem vínculo empregatício” (ANTUNES, apud LAMARÃO, 2008 p. 48-49).

A presença de crianças em alguns postos de trabalho é bastante antiga, como nos navios, sendo essas compradas de suas famílias, raptadas ou eram órfãos da coroa (LAMARÃO, 2008). A situação dessas crianças era a seguinte:

Em uma época em que as meninas de 15 anos eram consideradas aptas para casar, e meninos de nove anos plenamente capacitados para o trabalho pesado, o cotidiano infantil a bordo das embarcações portuguesas era extremamente penoso para os pequeninos. Os meninos não eram ainda homens, mas eram tratados como se fossem, e ao mesmo tempo eram considerados como pouco mais que animais cuja mão-de-obra deveria ser explorada enquanto durasse sua vida útil. As meninas de 12 a 16 anos não eram ainda mulheres, mas em idade considerada casadoura pela Igreja Católica, eram caçadas e cobiçadas como se o fossem. Em meio ao mundo adulto, o universo infantil não tinha espaço: as crianças eram obrigadas a se adaptar ou perecer” (RAMOS, apud LAMARÃO, 2008 p. 51).

E por muito tempo as crianças eram vistas dessa forma, como se fossem adultos, ainda mais quando eram de família pobre ou eram órfãos. Deveriam trabalhar para não seguir um mau caminho, nesse sentido, as “ações governamentais e religiosas voltadas para o combate à pobreza, viam a pobreza como desvio de caráter, o trabalho surge como forma de combater a vadiagem e o mau caráter por meio de uma política higienista e moralizadora”. (RIZZINI, apud LAMARÃO, 2008 p. 52).

É apresentado por Lamarão (2008), algumas causas do trabalho infantil, separando em externas e internas. A primeira se refere a questões sociais e culturais, assim como, o acesso à escola, tanto os pais como a própria criança; já as internas têm a ver com a renda, o tamanho da família e as necessidades dos pais. Cada um desses fatores interfere na decisão de entregar um membro da família para terceiros, pois na maioria das vezes significa perder o contado com esse que se vai (LAMARÃO, (2008).

O trabalho doméstico entre os postos de trabalho de crianças e jovens é o mais comum e menos visível. Para Lamarão (2008), é uma forma de exploração que atinge em maior número o sexo feminino, é a naturalização da relação entre o feminino e o serviço doméstico. Como foi discutido anteriormente, o trabalho doméstico passa por uma desvalorização, pois existe uma fácil rotatividade das empregadas.

Para exemplificar os aspectos culturais do trabalho doméstico na Amazônia vejamos como ele era realizado:

A família ia completa (para o arraial de Nazaré) e, muitas vezes, as meninas mais ricas levavam consigo, como “acompanhantes”, as “crias da casa” – fosse uma empregada ou uma “irmã adotiva”, revelando um costume muito arraigado não só na Amazônia como em outras partes do Brasil, por meio de uma eficiente “circulação de menores” oriundas de famílias mais pobres” (FIGUEIREDO, apud LAMARÃO, 2008 p. 61).

Era comum a presença das crias nas casas abastadas da região, podendo ser da capital, Belém, ou em outros municípios, mas as crias sempre eram de algum interior, ribeirinhas ou

da área rural. Essas jovens que vinham para morar nessas casas as vezes não tinham uma definição do que eram, pois podiam ser acompanhantes, ser quase da família, ser irmã adotiva e ser a empregada doméstica. É nesse emaranhado de laços de convivência que essas crias são expostas a exploração, a dominação e a opressão, na maioria de forma velada.

Lamarão (2008), faz uma correlação entre a política de colonização do Brasil, a apreensão de indígenas pelos sertões para serem escravos, e a prática de trazer crianças e jovens de áreas do interior para o trabalho doméstico na capital. Ela afirma que as duas situações são parecidas, pois “o arremetimento de meninas por um intermediário ou entregues pelas próprias famílias; o afastamento das meninas de seus vínculos primários; impactos da mudança para a vida na cidade” (LAMARÃO, 2008 p. 65). Dessa mesma forma era feita a captura dos indígenas, que imediatamente eram distanciados de sua cultura através da catequese e das normas cristãs. Com essa ideia é possível afirmar que tal situação de doação ou recrutamento de jovens e crianças se tornou naturalizada como uma prática social comum, em referência aos séculos de captura e violência aos indígenas.

O recrutamento também não foi realizado de forma pacífica, muito menos dentro de alguma lei que o garantisse. Nesse sentido, era de conhecimento das autoridades que crianças estavam sendo raptadas de suas famílias pelos interiores da Amazônia:

[...] ao meu conhecimento têm sido trazidas de vários pontos vivas reclamações, que denunciam a prática abusiva, com que se arrancam violentamente às famílias miseráveis, principalmente na classe dos mestiços, índios, ou tapuios, crianças e menores de ambos os sexos entre 7 e 14 anos de idade pouco mais ou menos, com os quais se fazem mimos e presentes para dentro e fora da Província, considerando-as coisas, e não pessoas, e sujeitando-as a uma espécie de servidão [...]”. Sem dúvida, a prática continuou. E alguns desses abusos chegaram aos nossos dias, como a prática da *doação* de crianças para os serviços domésticos das famílias que as podem sustentar e talvez educar; as normas de contratação de serviços, nos meios rurais, fazendas e estabelecimentos agrícolas; nos seringais e nos barracões de beira-rio, através do costume do *aviamento* etc.” (SALLES apud LAMARÃO, 2008 p. 77).

Partindo dessa análise de Salles é possível verificar algumas realidades do trabalho infante-juvenil, a primeira o rapto de crianças para o trabalho doméstico, a segunda à manutenção dessa rede de circulação de menores através do *aviamento*, ou seja, a família era obrigada a fazer, e um novo argumento, a possibilidade dessa criança estudar ao ser doada.

E esse argumento talvez seja, atualmente, o principal para que ainda exista essa forma de trabalho, pois através do discurso de acesso à escola é camuflada a verdadeira intenção

que é a exploração dessas crianças e jovens no trabalho doméstico. Motta-Maués (2004), afirma que esta é uma prática social, “situação de crianças que eram dadas, pelos pais, para a criação, que trocavam os serviços (tarefas domésticas) delas pela educação que esperavam que recebessem” (MOTTA-MAUÉS, apud LAMARÃO, 2008 p. 77). Os pais que doavam seus filhos não achavam ruim a existência dessa troca, a educação pelos trabalhos domésticos, pois possivelmente seria a melhor decisão a tomar. Contudo, a carga de trabalho fazia com que muitos não conseguissem acompanhar a escola, então acabavam por se tornar somente empregados domésticos.

Podemos entender essa realidade a partir da fala da entrevistada Araçá, que desde muito nova, a partir dos 12 anos já trabalhava como doméstica.

Ai já com 14 anos que eu vim pra cá pra Cametá, e desde lá eu fiquei. Ai eu morei em casas de famílias, fui babá, fui doméstica, assim eles falam “vem morar comigo que tu vai ser babá do meu filho”, só que quando a gente né, na casa, é totalmente diferente a realidade, porque quando chega lá, tu é babá, tu é doméstica, tu é tudo! (ARAÇÁ, 28 Anos).

É interessante perceber como as relações mudam, pois para “convidar” Araçá para trabalhar, a proposta era que ela fosse babá, contudo, no dia a dia ela se torna a faz tudo: cozinheira, babá, faxineira. E essa carga de trabalho impossibilita que ela estude regularmente, sendo assim, não há uma “troca justa”, elas não trabalham e estudam como os pais imaginam, elas somente trabalham, sobrevivem.

Será dada relevância a participação feminina nessa forma de trabalho doméstico, o que não quer dizer que não existiam homens nesses postos. Nesse sentido, iremos analisar os caminhos históricos percorridos da definição dessa relação de trabalho.

É apresentado no trabalho de Dantas (2008) a possível origem da existência de crias de família, que podem ser identificadas a partir da lei do ventre livre, “O menor escravo, após a lei do ventre livre é mantido em condição de exploração através da tutela” (ALMADA, apud DANTAS, 2008 p. 13). A presença de crianças livres nas casas dos senhores sob o discurso da tutela, pois “não saberiam” sobreviver fora daquele espaço, foi utilizado para garantir a manutenção de mão-de-obra explorada, ou seja, pela lei aquela criança era livre, mas teria que viver sob a tutela de seu explorador.

Esse tipo de situação de exploração que era imposta as crianças continuaram, agora através de juízes de órfãos. Segundo Almada (1987), “os senhores solicitavam a guarda de menores livres e pobres sob o discurso de proteção, para terem o domínio de sua força de trabalho” (ALMADA, apud DANTAS, 2008 p. 54-55), para as famílias a única solução era

entregar seus filhos para pessoas de confiança, nesse momento aparece a personagem dos padrinhos e madrinhas, que seriam as primeiras opções para onde iriam as crianças. Na realidade esses menores somente eram cobiçados por sua utilidade, ou seja, pelo trabalho que poderiam desenvolver durante anos aquele senhor sem lhe custar quase nada, assim como os escravos eram tratados como objetos, crianças sem pais também, mas sob o discurso da adoção.

A relação de compadrio foi bastante importante para que essa circulação de jovens e crianças pudesse ser mantida. Para Sarti (1996), “o compadrio tem o sentido de legitimar esta rede de relações, através dele os laços entre amigos se consolidam. O que importa é que as relações são traduzidas em termos da família, ou seja, em termos de obrigações morais” (SARTI, apud DANTAS, 2008 p. 23).

O contexto religioso existente em escolher alguém para ser padrinho de um filho é o que consolida as relações, e nas situações que estão sendo analisadas facilitam a tomada de decisão, pois diante de uma dificuldade entregar um membro da família a seu compadre nada tem de errado.

E essa relação de compadrio pode não ser vivida somente com os padrinhos de batismo da criança ou da jovem, mas sim com outros parentes, como: tios, tios-avôs, primos, e até irmãos mais velhos. A primeira experiência de trabalho de Araçá foi na casa dos tios, distante da família:

Sai de casa pra trabalhar em casa de família com 12 anos. Como lá na localidade as aulas iam até o quinto ano, meus pais me colocaram primeiro pra casa dos meus tios, numa outra cidade, pra eu estudar, continuar o estudo né. Porém, eu estudei, eu tava com 12 anos né, até o meio do ano, eu não me acostumei, sentia saudades, tudo mais, da família tudo e ai também eu tava muito criança com 12 anos e eu era muito apegada aos meus pais e meus irmãos, ai eu não acostumei, estudei até o meio do ano e voltei pra lá (ARAÇÁ, 28 Anos).

A necessidade de continuar os estudos é o principal motivo que levam pais a entregarem seus filhos para uma família, dentro dessa relação de troca: trabalho pela possibilidade de estudar. O segundo motivo são os tamanhos das famílias, em sua fala Araçá fala da saudade dos irmãos, ou seja, pode-se inferir que sua família era numerosa, então com dificuldades de manter a sobrevivência de todos.

Outro ponto que chama a atenção é a idade que Araçá sai a primeira vez de sua casa para trabalhara, 12 anos, muito nova, como ela mesma fala. E é nessa experiência que se encaixa a realidade das crias de famílias, crianças novas, que “dão conta” do serviço

doméstico, e que podem ficar por bastante tempo trabalhando, sendo as vezes da família ou a empregada.

Assim como Araçá, Açaí a outra colaboradora deste estudo, também com 12 anos, iniciou sua trajetória como trabalhadora doméstica.

Eu sai de casa com 12 anos, economicamente os meus pais, meio que, salario eles não ganhavam, né, o que eles trabalhavam era na roça, mas somente pra nossa subsistência, não tinham um trabalho especifico, assalariado. E eu sai de casa porque lá no interior vai até a quarta série, e então os meus pais sempre me incentivaram muito a estudar, e então eu precisava estudar, então pra eu continuar meus estudos eu tive que sair de casa pra procurar um lugar que eu pudesse estudar. A primeira vez que eu sai eu fui pra casa da minha madrinha, eu fui morar com ela em Mocajuba, só que de primeira assim, eu não me acostumei, sentia muita falta da minha família e tal, e também eu adoeci muito e ai eu voltei pra casa, não me acostumei. (AÇAÍ, 26 Anos).

Com Açaí a relação de compadrio é mais clara, pois sua primeira experiência é na casa de sua madrinha de batismo, sendo sua opção para continuar seus estudos. Novamente aparece a relação de troca: os trabalhos domésticos pela necessidade de continuar a estudar.

Quando morei com a minha madrinha, eu ajudava nos afazeres domésticos, só que eu não tinha uma remuneração em dinheiro, né, só que ela me dava as coisas, essenciais assim, né, coisas pessoais e tal. Era isso que ela me dava, mas não pagamento em dinheiro mesmo. Com a minha madrinha eu acho que fiquei um ano, não me acostumei, votei pro interior. (AÇAÍ, 26 Anos).

A partir da fala de Açaí pode-se entender que sua relação com a sua madrinha é bem próxima das vividas por mulheres que já trabalharam como domésticas em casas de família, que abrem suas casas para receberem a filha de outras famílias sem condições, construindo a relação de troca dos afazeres domésticos por educação, sem as regras de uma efetiva empregada. Ponto discutido mais à frente no trabalho.

Inajá, outra sujeita/colaboradora deste estudo, narra que sua mãe também foi trabalhadora doméstica, sendo dada para seu padrinho para morar com a família:

mamãe sempre morou na comunidade, pelo que ela conta né, ela saiu um tempo pra morar [para morar em outra cidade], pra morar com o padrinho dela que morava lá, mas não foi por muito tempo, acho que não chegou nem, nem a ano de tempo morando lá, pra estudar e ganhar as coisinhas dela né, que a vovó, ele a pediu pra vovó e a vovó deu ela ir pra morar, mas não demorou muito lá, ela morando lá (INAJÁ, 36 Anos. Acréscimo nosso).

É possível identificar a relação de compadrio com todas as entrevistadas/colaboradoras deste estudo, o que demonstra que essa é uma prática

comumente realizada, e não é percebida como algo estranho ou ruim. Até mesmo porque os motivos que levam essas jovens a sair da casa dos pais é a busca por melhores condições de vida.

Nesse sentido, seria uma decisão visando o bem-estar de todos, mesmo que fosse um sacrifício para os pais. A maioria das famílias dos interiores, de onde vinham as crias, eram compostas por uma grande quantidade de filhos, sustentá-los era bastante difícil. Vejamos um exemplo apresentado por Dantas (2008):

Júlia nasceu em 1962 na localidade São João do Ituquara, no município de Baião-PA. Seus pais eram lavradores e o pai também desenvolvia o trabalho de pescador; eles tiveram 10 filhos, sendo que destes morreram 3 (2 mulheres e 1 homem). Júlia conta que dos 7 que restaram “sempre fomos criados um separado do outro, os homens ficaram e as mulheres saíram de casa” (DANTAS, 2008 p. 53).

A partir desse trecho de entrevista destacado por Dantas (2008), percebemos que a renda da família vinha de sua produção rural em que, como já foi discutido, a força do trabalho masculino é mais valorizada, pois todas as mulheres da família saíram, possivelmente para morar em casas de família. Outra situação é apresentada, o controle sob as meninas, “é possível controlar uma menina em uma atividade como a de costureira do que como coletora, pois fica fora de casa sozinha” (ALMADA, apud DANTAS, 2008 p. 53). Levar a filha para morar com outra família que poderá lhe dá educação e uma melhor situação de vida, incluindo seu controle, seria bem melhor do que deixá-la passar dificuldade e próxima do “perigo”.

Seguindo essa noção de divisão sexual do trabalho, para Motta-Maués (2006) “sendo mulher, seja criança, jovem ou adulta, há uma espécie de naturalização de seu papel como prestadora de serviços (não só domésticos, mas até sexuais), desde a infância até a velhice” (MOTTA-MAUÉS, apud DANTAS, 2008 p. 14). Essa naturalização faz com que o número de meninas como crias de família seja maior e mais constante, se constrói uma espécie de ciclo, à medida que as moças crescem, ou que as filhas legítimas saem da casa dos pais novas crias vem para morar nas casas, podendo ser parente ou conhecidas das que já estavam.

Nas falas de Açaí evidenciamos ciclos de gerações de trabalhadoras domésticas, quando ela diz que sua mãe já trabalhou em casas de família e a sua tia lhe indicou uma casa que já havia trabalhado.

E depois eu vim pra cá pra Cameté morar com uma família que minha tia já tinha morado. Então foi ela que me indicou essa família, aí já vim morar com eles, com a mesma família que ela morava antes.

A minha mãe chegou a trabalhar em casa de família também, em Belém, ela trabalhou, ela saiu bem novinha também pra trabalhar. Só que, ai ela engravidou da minha irmã mais velha, ai ela teve que retornar. Só que diferente de nós a mamãe só saiu pra trabalhar mesmo, ela não estudava, só trabalhava mesmo. (AÇAÍ, 26 Anos).

A diferença entre a experiência de Açaí para sua mãe e tia é que a intenção dela foi de ir morar em casas de família para continuar os estudos, já a delas possivelmente era só o trabalho, buscando sua sobrevivência. Contudo, sua mãe por conta da gravidez precisou voltar para a casa dos pais.

Inajá também pertence a um ciclo de geração que trabalhou como empregada doméstica, iniciando com sua mãe, seguindo para suas irmãs mais velhas e chegando a ela. Sendo que a mãe e as irmãs foram direto trabalhar em casa de famílias, já ela saiu para cuidar das filhas da irmã, para que esta pudesse trabalhar.

Nós morávamos juntos né, lá onde eu nasci e fui criada até a faixa etária de, de onze pra doze anos, que eu fui morar em Belém com a minha irmã pra, pra que ela trabalhasse, né, eu estudasse, e eu cuidava das menina dela pra ela trabalhar e a noite eu estudava. Quem foi morar, tipo, primeira filha da minha mãe a morar, foi a primeira filha dela, que foi morar pra Belém, pra ganhar o seu sustento, estudo, ajudar de alguma forma a mamãe, vez e outra mandava algum dinheirinho, nera muito, porque nesse tempo nem se ganhava um salário, as vezes ganhava mais as coisas dessas pessoas que trabalham na casa, ganhava mais as coisas e o estudo. Era isso ai vez e outra ela mandava algum dinheiro pra mamãe desse trabalho que ela fazia em Belém, na casa de família. Todas minhas duas irmã mais velha foi assim, vieram, foram morar pra Belém, as primeiras, pra viver em casa de família, pra ganhar as suas coisinhas e o estudo. Porque lá da comunidade que eu, de onde eu sou, né, lá só tinha nesse tempo só tinha até a quarta série (INAJÁ, 36 Anos).

Nessa história se misturam duas realidades das crias de famílias, as que são recebidas diretamente para o trabalho doméstico, e as que são recebidas nas casas de mulheres que já foram ou são empregadas domésticas. O que as diferencia é o formato de trabalho, enquanto no primeiro o foco é o trabalho, no segundo há uma maior flexibilidade e possibilidade de finalizar os estudos. E novamente a questão principal surge, a necessidade de se continuar os estudos, o principal motivo que levam essas mulheres a saírem de suas casas.

Para as que chegam do interior, dadas sob forma de adoções ou somente para outra família criar, a ideia principal é a de melhorar de vida, possivelmente pelo acesso à educação. É dessa forma que facilmente se consegue a presença dessas trabalhadoras “eternas”, para Dantas (2008) algumas outras situações também influenciam:

A “mobilidade social” percebida pelos que vieram para a “cidade” em relação às gerações que os precederam se dá em torno do acesso a recursos

inexistentes em seus locais de origem, sobretudo a incorporação a novos padrões de consumo. Além disso, a educação – um fator defendido pelas elites intelectuais e pelo governo – é o primeiro meio pelo qual essas pessoas pretendem “mudar de vida” embora quando se deparem com as dificuldades encontradas nas cidades, seus “sonhos” sejam frustrados, pelo menos, no que diz respeito à ascensão social através da educação. (DANTAS, 2008 p. 51-52).

Vemos então que o projeto de melhorar de vida encontra uma barreira, o trabalho doméstico desenvolvido nas casas. Não é interessante para as famílias garantirem o acesso a uma mobilidade social a essas trabalhadoras porque podem romper com o ciclo, já que as próximas gerações poderão ter a chance de verdadeiramente de mudar de vida. Dessa forma é melhor mantê-las sob seus domínios e exploração, lhes dando o mínimo e mantendo futuras crias.

Ainda que a intenção dos grupos dominantes seja manter as camadas populares subjugadas elas resistem. E é resistindo que as jovens sujeitas dessa pesquisa conseguiram quebrar o ciclo de trabalho, finalizando seus estudos, conseguindo até mesmo ingressar no nível superior, evidenciando suas capacidades, para além do trabalho doméstico.

Araçá relembra sua trajetória escolar, e como o trabalho lhe atrasou:

Ai quando com 19 anos, eu terminei o ensino médio, acabei que, assim, por trabalhar em casa de família, como fiquei assim, mas tempo trabalhando como babá, eu não tinha muito tempo de estudar, ou eu trabalhava ou eu estudava. Ai por conta disso eu acabei repetindo muitas vezes, acho que foi uns 3 anos que eu repeti a sétima série. Ai com 19 anos que eu consegui me formar no ensino médio, terminei o terceiro ano. Hoje eu faço, tô fazendo agora faculdade, consigo pagar meu aluguel, sai de casa de família, consigo pagar meu aluguel com a bolsa que eu recebo da federal [Universidade Federal do Pará]. (ARAÇÁ, 28 Anos. Acréscimo nosso).

A repetência de anos escolares é também uma constante na vida dessas trabalhadoras, tanto que poucas conseguem terminar o ensino básico. Mas, Araçá conseguiu finalizar seus estudos e entrar no ensino superior, se para essas trabalhadoras finalizar o ensino básico é um sonho, o ingresso em uma faculdade é um sonho muito mais distante. E quando nós nos deparamos com esses momentos de emancipação: “Agora faço faculdade, consigo pagar o meu aluguel, saí de casa de família”, percebemos a importância de políticas públicas educacionais, como: o Educação de Jovens e Adultos (EJA), processo seletivo diferenciado, bolsas de estudo, que proporcionam melhores condições de vida para os estudantes que precisam trabalhar, ou garantem a permanência desse estudante no curso.

A entrevistada Açaí não diz muito de sua trajetória escolar, mas por suas falas inferimos que possa ter sido difícil assim como a de Araçá. Apesar dos caminhos tortuosos

ela conseguiu ingressar no nível superior, fazendo uma faculdade na Universidade Federal do Pará.

É melhorando os acessos e permanência de crianças e jovens nos espaços escolares que os ciclos de gerações que trabalham somente como empregadas domésticas pode ser quebrado, e assim os grupos populares poderão acessar outros espaços e postos de trabalho.

As experiências são diversas, com relação ao estudo Inajá conta que por conta da gravidez do seu primeiro filho não conseguiu concluir todas as etapas do ensino, deixando-a atrasada.

Nesse tempo era mais ou menos de, no ano de 2000 pra 2001, que eu sai, que eu fui morar pra Belém com a minha irmã. Só tinha até a quarta série e eu já tinha concluído lá né, já tava aquele ano, tipo, sem estudar. Aí eu foi, foi em julho daquele, do ano de 2001 se não me engano, que eu foi morar com a minha irmã. Ai no começo do ano eu comecei a estudar e ficava com a menina dela pra ela trabalhar e estudava a noite.

Fiquei com ela até eu engravidar do meu primeiro filho né, engravidei na passagem dos dezesseis anos pros dezessete anos, eu tava cursando nesse tempo a terceira etapa, que era a quinta e sexta série, eu tava cursando ai eu engravidei, mas eu conclui... antes de eu engravidar eu conclui a terceira etapa. Ai eu não prossegui o estudo, parei, porque eu não tinha como, continuei morando com a minha irmã, porque o pai do meu filho não assumiu a responsabilidade no começo, quando eu foi ficar com ele [nome do filho], que é meu filho, já tinha tipo uns seis meses de idade, ai que ele, que ele me procurou, ai que a gente foi ficar junto, ai eu parei de estudar. (INAJÁ, 36 Anos, Acréscimo nosso).

E desta maneira, muitas trabalhadoras domésticas param seus estudos por conta dos filhos, pois fica muito difícil conciliar três demandas: o emprego, a família e os estudos. Para isso acontecer ela teria que ter alguém para cuidar de seu filho, estabelecendo mais um ciclo de geração de crias de família. Como vamos ver as jornadas de trabalho de uma empregada doméstica é muito grande o que afeta diretamente a vida de sua família. Para Inajá a solução foi largar os estudos e cuidar de seu filho e de suas sobrinhas, enquanto sua irmã seguia trabalhando.

Tempos depois Inajá buscou continuar seus estudos:

E ai depois, depois de tempo, eu me inscrevi num programa que tinha, pra conclusão do ensino fundamental, que foi o Pró-Jovem. Eu me inscrevi, quando foi em 2007 pra 2008 me ligaram que eu tinha sido aprovada né, pra cursar o Pró-Jovem¹, ai eu comecei a estudar. Eu estudava a noite o Pró-Jovem, ai eu ganhava a bolsa de 100,00 reais, né, que era pra manter né, só que ficava tudo contramão pra mim, onde eu morava no Tapanã² e

¹ Programa Nacional de Jovens, são cursos profissionalizantes e de qualificação para jovens que não concluíram o ensino no tempo correto.

² Bairro periférico do município de Belém/PA

estudava no Tenoné³, ai eu tinha que andar uma distância pra pegar o ônibus que passava, tipo, na Augusto Montenegro⁴ que passava pelo Tenoné, pra eu não ter que pegar duas conduções, e o dinheiro praticamente que eu ganhava não dava pra manter o mês todo de transporte, né. A gente recebia ajuda de, principalmente, da tia deles que me ajudava muito, me incentivava no estudo, ela me ajudava, as vezes, ficando com eles pra mim ir pra escola, as vezes com o dinheiro da passagem, e ai foi até que eu cheguei a concluir. (INAJÁ, 36 Anos).

Por meio de políticas públicas de acesso e permanência de jovens na escola é que Inajá conseguiu terminar o ensino fundamental, além disso ganhava bolsa de incentivo que ajudava no sustento de sua família. Programas como esses foram fundamentais para grupos de famílias que precisaram naquele tempo retornar aos seus estudos, e viam nas bolsas uma maneira de ampliar sua renda. Mas, percebemos na fala de Inajá que o percurso foi difícil, principalmente em se tratando de uma cidade grande como Belém, que precisa utilizar transporte público para se deslocar, apesar de tudo ela prosseguiu e conseguiu finalizar seus estudos.

Contudo, também há relatos da presença de crias em casas de família de baixa renda, uma realidade diferente relacionada a circulação desses menores. Seria uma forma de ajuda, não de exploração, uma espécie de “receber e retribuir, abrigar a filha de uma amiga como uma obrigação” (DANTAS, 2008 p. 22). É uma troca de favores bem mais simples do que a identificada nas casas de família abastadas. Existe também uma diferença no tratamento:

Quando se trata de uma família de camada popular – ou que mora no interior – a “criação” é semelhante entre os filhos biológicos e os “filhos de criação”. Entretanto, quando se trata de famílias de classes médias e altas, residentes nas cidades maiores, o trabalho e a violência são direcionados, na maioria dos casos, apenas aos “filhos de criação”. (WAGLEY, apud DANTAS, 2008 p. 75).

Por compartilharem uma mesma realidade as famílias pobres possuem uma compreensão da situação da família que entrega um filho e das experiências que a cria teria ao ir para uma casa de família rica, pois possivelmente a matriarca da família que recebe já foi uma cria.

Já para as famílias ricas o novo membro não passa de um empregado, mesmo que haja o afeto sempre existirá uma ambiguidade nessa relação. Almada (1987) apresenta os valores dessa relação dupla:

Do valor enquanto força de trabalho e do valor afetivo que as “famílias criadoras” utilizavam em relação aos menores, salientando que na vida real

³ Bairro periférico do município de Belém/PA

⁴ Avenida de Grande Circulação de Belém/PA

dificilmente as pessoas faziam este tipo de diferenciação; entretanto, os dois valores possuem significados diferentes dentro e fora do grupo familiar. Ou seja, “fora”, Francisco era o “filho de criação”, “dentro”, o empregado doméstico (ALMADA, apud DANTAS, 2008 p. 65).

Aquela cria possuía dois valores, a sua força de trabalho e a afetividade, que são bem diferentes, pois dentro da casa era a doméstica, mas para fora é a filha de criação/adotiva, passando uma imagem de bondade, em contraste com a exploração do seu trabalho.

Analisando as experiências dessas mulheres no trabalho doméstico fica mais evidente os acordos injustos estabelecidos entre patrão e empregada, em que os salários são pagos não com dinheiro, mas também com coisas: produtos de higiene, roupa, sapatos, bijuterias, entre outras coisas. O trabalho doméstico é normalmente conhecido pelos baixos salários, acordos de pagamento e pagamentos irregulares de salários.

Quando eu vim pra trabalhar de babá eles ofereciam assim: “ah, eu te dou uma quantia em dinheiro e te dou as coisas, assim”. Só que dificilmente a gente ganhava o tanto eles falavam e também dificilmente eles daram as coisas. [Em outra casa] ela tipo não me pagava, ela falava que ia me dá as coisas, e não me dava nada. O que ela me deu quando eu fui trabalhar pra lá foi só, é, shampoo, condicionador, sabonete, essas coisas. Ai eu ficava um tempão, eu viajava com ela, e ela não me dava nada, nem me pagava nada. (ARAÇÁ, 28 Anos).

A entrevistada expõe as precariedades do trabalho doméstico, em que lhe era oferecido um valor, era oferecido algumas vantagens, mas nunca se recebia efetivamente esse salário. Em outra casa quase nada lhe era dado, a não ser produtos de higiene. O que deixa muitas vezes essas mulheres dependentes dos patrões, pois pelo menos elas tem: um teto e comida, quando tinham comida. Ou seja, não pagar regularmente o salário também pode ser identificada como uma tática de manutenção dessa trabalhadora no trabalho doméstico.

Açaí nos conta sobre seu salário e a quantidade de trabalho que desenvolvia em uma das casas que trabalhou.

Essa foi a última casa que trabalhei, não trabalhei mas em casa de família depois que sai de lá. Ela me pagava 300 reais por mês, não tinha folga férias, nada. Trabalhava de domingo a domingo. Ai dia de domingo, né, que eles faziam passeio, ela ia pra casa da mãe dela, eu tinha eu ir junto, e chegava lá tinha mais criança ainda pra mim cuidar [risos] (AÇAÍ, 26 anos, Acréscimos nossos).

A partir dessa narrativa da entrevistada Açaí fica muito evidente a extrema carga de trabalho a qual ela era submetida, os 300 reais, dito salário, podemos identificar que era somente um valor simbólico, pois como ela mesma fala, não tinha folga e férias, direitos

garantidos por lei para as trabalhadoras, além de precisar cuidar das outras crianças das famílias em momentos de encontros.

O acordo que Inajá fez com sua irmã foi de cuidar dos afazeres domésticos e das suas sobrinhas, em troca a irmã lhe ajudava com o seu filho recém-nascido. Nesse sentido ela fala um pouco dessa experiência:

Continuei morando lá na minha irmã enquanto eu não tava com o pai do meu filho, continuei morando com a minha irmã, ela me ajudava, né, a cuidar do meu filho e eu ajudava nas coisas de casa, ficava trabalhando, tanto é que não me resguardei muito, negócio de parto, porque eu não tinha como, é, eu precisava fazer as coisas, ela precisava, tinha que sair pra trabalhar, precisava sair. Nesse tempo lá a casa dela ela era, tipo invasão, não tinha água, água encanada, não tinha saneamento básico nenhum, ai era água de poço, poço puxado, assim [fazendo gesto de puxar], né, numa cordinha com balde, poço de boca aberta, ai eu tinha que carregar aqueles baldes imensos, tipo, com oito, quinze dias de parto ainda. Eu tinha que fazer isso, por que não tinha como né, eu trabalhar, e as vezes se ela chegasse e eu não tivesse [risos] deixado de fazer alguma coisa, ouvia aquele sermão. (INAJÁ, 36 Anos, Acréscimo nosso)

Novamente uma escolha deveria ser feita, ou Inajá ficava de resguardo e “ouvira sermão”, ou levantava e ia fazer as coisas para ajudar sua irmã. Esses percalços, essas dificuldades são constantes na vida das empregadas domésticas, pois muitas precisam deixar suas famílias, “esquecer” doenças e “nem pensar” em descanso, pois a rotatividade de trabalhadoras nesses empregos é grande, ou seja, podem ficar desempregadas a qualquer momento.

É claro que nem só de experiências ruins de trabalho as domésticas possuem, mas são as maiorias. Contudo, quando elas encontram um trabalho que lhes fazem sentir bem, e que recebem efetivamente o salário, é onde normalmente elas passam mais tempo. Podemos inferir que a rotatividade de domésticas em uma residência possivelmente está associada a baixos salários, maus-tratos e violência.

Araçá relembra seu último trabalho como doméstica, no qual ela passou mais tempo que os outros:

No período de 14 a 19 anos acho que trabalhei foi em umas três casas, a única casa que eu parei mesmo foi uma última mulher que morei, foi acho que uns dois ou três anos, a gente se dava super bem, ela foi legal. Eu consegui ter um pouco mais de estabilidade, ela já me pagava, e eu, quando eu comecei com ela, eu cuidei da nenê dela desde bebê, desde recém-nascida, e ai eu me apegava nela, ela me chamava de mãe, ai quando eu saí de lá eu chorei, chorei, chorei, porquê eu gostava muito dela e ela gostava de mim. Mas até hoje a gente tem uma, assim, uma amizade, a gente sempre se vê, ela me chama pra ir na casa dela, a gente conversa, ele, o marido dela sempre me respeitou, muita gente boa também. Os dois

cuidaram super bem de mim, e até hoje a gente se fala a gente tem contato, as crianças agora já estão todas grandes, tão maior que eu (risos), e, foi bom essa última casa, foi legal (ARAÇÁ, 28 Anos)

Condições dignas de trabalho, remuneração justa, direitos a férias e folgas são requisitos mínimos para que um trabalhador desenvolva sua atividade. E são essas condições que proporcionam a estabilidade do trabalhador em um emprego, o que também possibilita que esse trabalhador consiga finalizar seus estudos e cuidar de sua própria família. Além disso há a construção de um laço de cuidado, e até de amizade, como Araçá nos apresenta, se apegou as crianças que chorou no momento da despedida, e mesmo depois de sair do emprego ainda mantém contato com os antigos patrões, que se tornaram amigos.

Ao ser perguntada sobre trabalhos com experiências boas Açaí lembra da terceira família que trabalhou já em Cametá:

Depois eu vim pra cá pra Cametá, até morei com uma família que eles me tratavam super bem, lá eu me sentia mesmo, né, como se eu fosse da família mesmo, com essa família que eu vim morar primeiro, ai depois os meus patrões eles se mudaram, ai não tive como me mudar com eles, mamãe não deixou. Eles se mudaram pra um lugar da cidade assim que já era mais distante, então ficaria perigoso pra mim vir pra aula sozinha, ai a mamãe não deixou. (AÇAÍ, 26 Anos).

Nessa experiência percebemos a própria sujeita se identificando “como se fosse da família”, ou seja, os cuidados e a atenção dada a ela pela família, fez com que ela se afeiçoasse por eles, mas ao mesmo tempo ela sabia seu lugar, que era em trabalhadora doméstica. A relação era tão boa que ela estava disposta a se mudar junto com eles, mas com certeza pela pouca idade sua mãe não permitiu, o que a levou para a última família com quem trabalhou.

Inajá relembra o momento de organização de sua família, quando o pai dos seus filhos decidiu assumir parte de suas responsabilidades, e ainda assim ela continuou trabalhando com a irmã, depois com uma prima e por fim em sua própria casa.

Pois é, ai, eu fui morar com ele, depois de um tempo não tava dando muito certo a convivência, por causa que ele era muito assim, despreocupado das coisas, de assumir as responsabilidades de dá as coisas da criança, de ter uma vida digna no caso, né, [...] não se preocupava em arrumar um trabalho que melhorasse as condições da gente financeira, né. ai, eu engravidei da minha segunda filha, [Nome da filha], e nesse meio tempo ai, antes deu engravidar [...] eu sai de casa, fui embora morar na casa de uma prima minha, com o mesmo objetivo, de eu ficar fazendo as coisas pra ela na casa, pra ela me ajudar com o [Nome do filho] né, que era criança ainda, isso ele tinha, acho que ainda não tinha ano, [...], ai depois ele me chamou pra uma conversa, ai eu voltei já desconfiando que já tava grávida, [...], ai voltei, continuei morando com ele do mesmo jeito, na

mesma situações, da [Nome da filha] a mesma coisa, não teve um resguardo assim direito, porque eu não tinha quem fizesse as coisas pra mim, eu precisava fazer (INAJÁ, 36 Anos, Acréscimo nosso).

Em seguida ela conta que conseguiu um emprego em uma casa de família, mas precisava pagar alguém para ficar com os seus filhos, contudo as dificuldades continuaram, pois, poucas pessoas aceitavam receber pouco pelo trabalho.

Ai depois eu consegui um trabalho, em casa de família, também em Belém, ai arrumava pessoas pra ficarem com eles pra mim, pra eu trabalhar em casa de família pra ganhar um salário. Ai foi ficando ruim que eu não tava conseguindo mais ninguém pra ficar com eles, porque, ninguém queria ficar com eles pá ganhar pouco, e tipo, eu recebia um salário, nesse tempo o salário era mais ou menos 465,00 reais, ai eu tinha que tirar do transporte, eu tinha que comprar as coisas de casa, porquê, como eu disse, o pai deles era assim, ele era desligado, não se preocupava, não tava nem vendo se tinha ou se não tinha o que comer (INAJÁ, 36 Anos).

Para manter a subsistência de seus filhos, diante da apatia do pai das crianças, Inajá procura um emprego, não aquela troca de favores, vivido com sua irmã e prima, mas por um salário para poder cuidar de sua família. Percebemos a importância que uma trabalhadora doméstica possui, já que é a partir da presença dela que outras mulheres conseguem sair para trabalhar, ou também conseguem empregos é uma relação em cadeia. Contudo, as condições materiais não são as mesmas para todas, ficando sempre mais difícil para a trabalhadora doméstica.

Com relação aos direitos de descanso garantidos por lei como: folga e férias, também se tornavam parte dos acordos e moeda de troca para que a trabalhadora permanecesse no trabalho. Araçá fala um pouco dos problemas enfrentados com relação a esses direitos:

Assim, quando eu vim, que eu tava novinha né, os meus pais falavam assim, que não era pras eles [os patrões] deixarem eu sair, ai eles não deixavam. Eu só saía com eles, assim, quando era pra ir pra aniversário. É, acho que só! Só aniversário mesmo que eles me levavam, pra outra coisa não saía. (ARAÇÁ, 28 anos, Acréscimo nosso).

Já sobre férias ela diz:

Saía às vezes nas férias, às vezes, porque tinha patrão que não deixava, porque nas férias eles queriam viajar e queriam levar, né, a gente pra ficar com as criança, pra cuidar das crianças. Ai uma vez ou outra que eu tinha assim, férias, que eu passava uns quinze dias lá em casa, casa da mamãe e voltava era assim. E eles não me davam nada, o que eles faziam que eles ajudavam assim na passagem, 'toma, vai', e pronto, pra voltar eram meus pais que, que ajudavam assim. (ARAÇÁ, 28 anos).

Quando a entrevistada fala que por ser nova seus pais não queriam que ela saísse se relaciona com o controle do ser feminino, que não pode andar solto, precisa de uma rédea,

além do que estariam longe do perigo, como já dito: violências, estupro e gravidez. Contudo, isso também reforça o controle dos patrões sob a vida dessas trabalhadoras, que muitas vezes paravam de estudar logo que iniciavam o trabalho.

Sobre as férias, a fala da entrevistada fala por si, pois essas trabalhadoras deveriam continuar a “servir” a família nas férias ao ponto que ela deveria abrir mão das suas próprias férias. E quando ela decide tirar as férias recebe somente a passagem de ida, para retornar ela teria que dar um jeito, pois salário ela não receberia. E para não perder o emprego a família auxilia no retorno.

Não fica evidente se as sujeitas conseguem identificar as formas de trabalhos a que foram submetidas como exploração do trabalho de crianças e jovens. Pois, em uma das falas de Açaí ela expõe o modo como uma família explorava seu trabalho.

[após sair da casa da madrinha] Ai pra eu não perder o ano letivo inteiro, ai eu vim pro Juaba, morar pro Juaba, com uma família também que foi minha prima que indicou, que mora no Juaba, né. E foi uma das experiências mais ruins que eu já tive, porque, além de... de... de... [gaguejando] eu não... lá eu praticamente não ganhava nada, eu só trabalhava, trabalhava, trabalhava, e, eu lembro que as vezes eu acordava 5 horas da manhã pra fazer os afazeres domésticos e eu sofri muita pressão psicológica assim, era uma família bem tóxica mesmo. E de lá eu acabei saindo também, na verdade foi a minha tia que me tirou de lá, que eu tava bem mal, eles não me tratavam bem... [riso nervoso seguido de choro] ... e foi horrível. Eu estudava a tarde, de manhã fazia as coisas da casa, ai acordava bem cedo, fazia tudo que tinha pra fazer e a tarde eu ia pra escola, ai quando eu voltava era a mesma coisa. Na casa morava minha patroa, o marido e mais dois filhos dela, eles eram mais crianças que eu, bem pouca diferença de idade (AÇAÍ, 26 Anos, Acréscimo nosso).

Na fala de Açaí percebemos a indicação de postos de trabalhos por familiares, como sua prima, que poderiam já ter trabalhado no mesmo lugar, ou por ser trabalhadora doméstica ficou sabendo que alguém estava precisando de empregadas. Contudo, devemos evidenciar a exploração do trabalho infanto-juvenil, essa jovem que buscava dar continuidades nos seus estudos precisava acordar muito cedo, e também dormir muito tarde para dar conta dos serviços domésticos e não ter seu estudo interrompido. Ao ser interrogado:” Mas, será que a carga de trabalho já não lhe atrapalhava”? Responde: “Com certeza sim”.

A vida da trabalhadora doméstica em muitas situações é organizada pelos patrões sem levar em consideração a opinião da trabalhadora, causando uma instabilidade. Pois, se ela não se adaptar em uma família, pode ir para outra, ou se os serviços dela não são mais necessários em uma família, ela pode ir para a outra. E Araçá exemplifica bem essa rotatividade da empregada por várias famílias com o mesmo parentesco:

Na primeira casa que eu morei tinha a mulher né, marido, filhos, e eu não fiquei lá porque ela tinha uma filha que ela era, ela tinha uma síndrome, e aí só que ela já tava grande eu não dava conta de cuidar dela. Aí eu peguei morei pouco tempo lá e ela já me colocou pra casa da irmã dela, que aí eu fui cuidar da bebê, filha da irmã dela. Aí assim fiquei, aí até que eu arrumei uma mulher boa comigo [risos] e aí eu fico na casa dela um tempão. (ARAÇÁ, 28 Anos, Acréscimo nosso).

A primeira experiência de trabalho de Araçá foi para cuidar de uma jovem, mas que possivelmente ser pequena não dava conta desses cuidados. E pela necessidade de uma outra família, agora com um recém-nascido que a menina poderia cuidar, e para manter a “cria” entre as famílias Araçá vai trabalhar com a irmã de sua patroa. Essas empregadas domésticas circulavam por muitos ciclos de família auxiliando quem precisava, mas isso não significava melhores salários, e sim aumento na jornada de trabalho.

A dificuldade na realidade de vida de Inajá faz com que ela decida voltar para a casa de seus pais:

Aí não deu mais como eu conciliar trabalho e cuidar deles, dos meus filhos. Não tinha como mais eu tá pagando alguém, porque ninguém queria fiar com eles por pouco pra mim ir trabalhar, aí eu peguei, decidi voltar pro meu quilombo, pensando que, eu moraria com a minha mãe, ela me ajudava a criar eles e eu ajudava ela nos trabalhos, tanto da roça, quanto de casa, foi pensando assim que eu achei melhor, decidi e voltei. foi em 2010, dezembro de. 17 de dezembro de 2010. Aí deu que eu tinha conversado com o pai deles que eu tava decidindo isso por que ele não se preocupava nessa questão, de dá vida digna para os meninos. Nossa casa era tipo de madeira onde a gente morava, era um cômodo de madeira e no inverno ficava horrível, enchia tudinho, né. Quando foi no dia pra vir embora, [...] ia no terminal comprar as passagens. Quando eu tava pra sair de casa ele falou que não ia mais deixar eu sair, levar os meninos, porque ele tinha pensado e não ia deixar mais. [A irmã dele] Ela fez um monte de ameaças pra mim naquele dia, que quando eu tivesse no terminal pra vir embora a polícia ia chegar lá pra me tomar os meninos, e eu fiquei desesperada e fui até pra assembleia legislativa conversar sobre isso, me encaminharam pro Conselho tutelar do Benguí⁵, fui lá, teve uma conversa com o conselheiro, ele ate mandou uma carta que era pra mim entregar pro pai dos meninos, que era pra ele comparecer num dia lá, marcado, pra conversar sobre isso, né, eu nem entreguei a carta pra ele, resolvi mesmo vim embora e me arrumei a noite nem dormi a noite toda arrumando as coisas pra gente viajar no outro dia, aí no outro dia eu vim embora, vim embora de vota pro quilombo, né (INAJÁ, 36 Anos, Acréscimo nosso).

É interessante perceber os caminhos traçados por essas mulheres trabalhadoras domésticas, que saem de sua localidade/comunidade em busca de melhores condições de vida, mas muitas vezes encontram inúmeras dificuldades, seja os salários baixos, as

⁵ Bairro periférico do município de Belém/PA

condições precárias de moradia, a exploração da família contratante e até mesmo por parte de sua família própria família. Como podemos perceber pela história de Inajá, não foi fácil sustentar seus filhos e em meio a dificuldade lembrou de um lugar que lhe causava segurança, seu quilombo, evidencia que o trabalho é na roça, que também é difícil, mas estaria perto de sua família, e teria como cuidar de seus filhos.

E, o retorno de Inajá ao seu quilombo lhe traz novas experiências como ela mesmo explica:

Ai foi né, engravidei de novo, da minha terceira filha, [Nome da filha], e continuei morando lá no quilombo, participando dos movimentos da comunidade, ai que eu fui conhecer a Associação Quilombola, né, [Nome da Associação], do qual eu faço parte e hoje em dia eu sou [Função exercida] da minha comunidade e é isso mais ou menos, um pouco resumido assim, né, a minha trajetória até o momento. (INAJÁ, 36 Anos, Acréscimo nosso).

Pela fala de Inajá percebemos que ela encontrou, ou melhor retornou, ao seu lugar, espaço que agora ela pode cuidar de sua família e participar as vivencias da comunidade, participando da associação. É também no seu retorno que ela finaliza seus estudos:

Tá, voltando pro meu quilombo em dois mil e, entre dois mil e mais ou menos 2015, eu sei que eu concluí o ensino médio em 2018, eu concluí o ensino médio pagando particular um EJA⁶, tipo o EJA né, pela Dinâmo Educação, a minha ex-patroa de Belém pagava uma parte e eu pagava uma parte, ai eu consegui concluir em 2018 o ensino médio. Hoje eu tenho o ensino médio completo, graças a Deus e a ajuda de pessoas que passaram pela minha vida e que foram muito importantes tipo da casa que eu trabalhei, da Dona [Nome da ex-patroa] e do Seu [Nome do ex-patrão], foram excelentes pessoas pra mim trabalhar. Lá eu aprendi muitas coisas, aprendi a gostar de ler, né, aprendi muito a gostar de ler. Aprendi muitas coisas, muitos conhecimentos que eu tenho hoje na minha vida eu aprendi muito lá e até hoje a gente tem um relacionamento muito bom, muito bom mesmo, eles foram pessoas excelentes na minha vida, que me ensinaram muita coisa e até hoje me ajudam, aqui, ali, tão me ajudando alguma coisa (INAJÁ, 36 Anos, Acréscimo nosso).

Assim como as outras sujeitas desta pesquisa o momento de finalizar os estudos é uma grande conquista, mesmo que de forma atrasada. A felicidade e a gratidão de Inajá pela ajuda de seus ex-patrões ficam claras em sua fala, infelizmente nem todas possuem essa mesma relação amistosa com seus patrões. Os caminhos foram difíceis, mas Inajá segue cuidando de sua família.

⁶ Educação de Jovens e Adultos

2.2. O TRABALHO DOMÉSTICO E A USURPAÇÃO DE DIREITOS MESCLADO A DIFERENTES TIPOS DE VIOLÊNCIAS E EXPLORAÇÕES COM CICATRIZES PROFUNDAS

Houve algumas mudanças da relação entre as trabalhadoras domésticas e os empregadores, tornaram-se mais formais. “O trabalho doméstico é remunerado, uma profissão exercida basicamente por mulheres, em sua maioria negra e se caracteriza pela sua desvalorização e deficitária regulamentação. E ainda é marcado por desrespeito, humilhação e violação de direitos” (PEDROSA, 2013 p. 60 e 62).

Entende-se por trabalho doméstico, segundo a definição de Claudia Mara Pedrosa (2013), que este é executado dentro de um ou vários domicílios, que significa a entrada de um novo membro, externo à família. “Um ambiente que já tem regras e códigos preestabelecidos de acordo com a história e normas da casa” (PEDROSA, 2013 p. 62). Ou seja, agora não se identifica a presença das crias de famílias, mais sim empregadas domésticas que precisam seguir norma, mas que também possuem direitos.

A convenção Nº 189 de 2011 é uma das principais discussões sobre a garantias de direito das empregadas domésticas:

Os artigos da Convenção nº 189 abarcam a adoção de medidas para proteção contra abusos, assédio e violência; regularização da jornada de trabalho; medidas de saúde e segurança no trabalho; proteção social e à maternidade; e inspeção do trabalho, acesso a instâncias e resolução de conflitos, entre tantas outras estratégias para a efetivação dos direitos das trabalhadoras. A Convenção desafia o governo a incutir modificações legais que, para serem efetivas, exigem mudanças na estrutura social e política. Discutir politicamente o trabalho doméstico é também colocar em pauta as nítidas marcas do machismo, do patriarcalismo brasileiro; da violência silenciada contra as mulheres, da discriminação racial, da mentalidade colonial que ainda demonstra forte influência no pensamento e na prática da sociedade e do Estado; além da fragilizada estrutura política e organizativa das trabalhadoras domésticas (PEDROSA, 2013 p. 61).

As violências e explorações que as trabalhadoras domésticas sofriam desde a abolição, passando pela situação de cria de família, são questionadas através desse tipo de convenção que busca efetivar a profissão, pois ainda há uma desvalorização desse tipo de trabalho.

Ainda persistem alguns métodos antigos de dominação dentro dessa nova relação empregada–empregador. Pedrosa (2013), apresenta essa continuidade ao afirmar que a

empregada ainda é apresentada como “quase da família”, lembrando da situação da presença das crias de família.

É comum empregadores se referirem às trabalhadoras domésticas como alguém que é “como se fosse da família”, o que sugere reconhecer a pessoa como importante para todos, e ocupando um espaço afetivo “especial”. O trabalho doméstico foi marcado pela migração de meninas e moças de classes pobres para casas de famílias de classes médias e altas para realizar o trabalho doméstico sem remuneração, em troca de comida, roupa e um local para viver. Pregava-se a noção de que “eram parte da família” sem que, no entanto, usufríssem das mesmas condições dos outros membros (ÁVILA, apud PEDROSA, 2013 p. 68).

Com esse tipo de atitude o empregador consegue informalizar uma relação que é formal, passando a ideia de que não precisa garantir os direitos das trabalhadoras “por que elas são da família”, expondo as domésticas a situações de violência e exploração. Fomentando situações embaraçosas.

A designação “da família” e não “uma trabalhadora” neutraliza o valor do contrato de trabalho regulado por uma legislação. O suposto afeto presente nessa significação confunde a trabalhadora sobre o que é de fato “certo e justo” decidir e fazer quando lhe são feitos pedidos que extrapolam os afazeres domésticos no âmbito residencial (PEDROSA, 2013 p. 68).

Na concepção de Da Matta, “as famílias parecem ainda dotadas de um poderio ‘feudal’ – com seu séquito de criados e funcionários, que comandam pedaços da sociedade e são os verdadeiros atores da história social brasileira” (DA MATTA, apud PEDROSA, 2013 p. 69). Essa flexibilização da relação formal de trabalho auxilia na manutenção, como apresentado na citação de uma espécie de poderio feudal, que no caso do Brasil se mistura com os séculos de escravidão.

Todas essas situações culminam nas diversas formas de violência que as empregadas domésticas sofrem no local de trabalho, que na maioria das vezes são silenciadas e minimizadas pelos empregadores e pelo Estado.

A sujeição e subordinação que acometem as trabalhadoras domésticas tomam proporções mais graves quando envolvem situações de assédio e violência. As diferentes formas de violência praticadas contra elas são silenciadas entre os membros da família em prol da tranquilidade da casa e segurança dos mesmos. Internamente perduram a cumplicidade e a proteção, e à trabalhadora doméstica restam a insegurança e o risco do inesperado que invadem sua privacidade e trazem sofrimento. (PEDROSA, 2013 p. 71).

A ideia de perder o emprego faz com que muitas das violências vividas por essas trabalhadoras sejam ignoradas, por elas, já que seria a palavra dela contra a do empregador. Até mesmo para a tranquilidade da casa, como é apresentada na citação, situações de

violência são silenciadas, seria uma espécie de espaço sem lei, que atinge somente as trabalhadoras.

Com relação a esses momentos de violência, humilhação e assédio vivido por empregadas domésticas as entrevistadas expõe parte dessas memórias dolorosas.

Araçá fala da acusação de roubo e das regras que era submetida em uma das casas que trabalhou, como: o uso da energia elétrica e da restrição alimentar:

Na outra casa que eu morei teve um outro episódio, não foi assédio assim, mais foi tipo uma acusação. Quando eu saí de lá, eu não queria mais ficar lá porque a mulher ela não deixava eu comer [risos] farinha⁷, ela não deixava eu comer um monte de coisa, ai assim, ela era assim, sei lá, tipo ela, sei nem dizer como ela era. Mas ela, era assim, se eu fosse dormir, eu tinha que apagar todas as luzes, eu não tinha que ficar assim, muitas hora com as luzes ligadas, ela ia lá me esculhambava, mandava eu desligar. Ai quando eu ia almoçar, ela que ia colocar minha comida, ai ela tirava farinha pra gente não comer, eu e a outra, que eu era babá e tinha a menina que era doméstica, empregada né. E ela não deixava a gente, as vezes quando ela saia a gente ia comer escondido [risos]. (ARAÇÁ, 28 anos, Acréscimo nosso).

É muito comum ouvir casos de empregadas domésticas que são obrigadas a comer somente um tipo de comida, diferente da dos patrões, ou então trazer de casa sua comida, e até mesmo como diz Araçá “ela que ia colocar minha comida”, para restringir a quantidade de comida que a trabalhadora iria ingerir. Por conta de se achar que o espaço doméstico é sem lei esse tipo de violência ainda é comum.

E ela segue falando da dificuldade que foi sair dessa casa,

E quando foi pra mim sair de lá, ai eu peguei, na época não tinha celular nem na casa dos meus pais, então era mais quando eu ia pra escola, as vezes eu fugia da escola e ia pra feira procurar alguém. Ai eu encontrei uma vez o meu tio e falei pra ele que eu não queria ficar lá, e eu comecei a chorar, ai ele falava ‘mas por quê, não sei o quê...’, ai ele pegou e falou ‘eu vou lá contigo tal dia, vou te tirar de lá!’ [...] Aí tá, quando meu tio chegou nesse dia, eu tava esperando ele, ai ela entrou pro quarto igual um cão, brabíssima [...] ai ela começou falar um monte de coisa, esculhambar⁸ ele, me esculhambar também, e o meu tio começou a discutir com ela, que ela era muito escrota. (ARAÇÁ, 28 Anos).

Um ponto de reflexão é a distância que essas trabalhadoras são colocadas de sua família, que as deixam mais vulnerais as ações violentas dos patrões. A sequência dos acontecimentos vividos por Araçá foi a acusação de roubo e a humilhação de ter sido revistada e sair com as roupas em sacolas de plástico:

⁷ Pó resultado da moagem de grãos, raízes e sementes, podendo ser fina ou com granulados

⁸ Termo regional que significa brigar, discutir.

E ai ela pegou, entrou pro quarto e falou que o celular dela tinha sumido, e eu entrei pro outro que eu ficava né, pra arrumar minhas coisas, ai ela pegou foi lá e falou que não era pra mim levar bolsa, não era pra mim levar nada, ai ela pegou, pegou minhas sacolas de [emocionada] supermercado, [riso emocionado], dá vontade de chorar! Ai ela pegou jogou assim no chão e falou ‘tu vai levar tua roupa aqui!’. Ai eu falei ‘tá, tudo bem’ [choro] eu lembro até hoje disso! Ai eu peguei, arrumei minha roupa todas, né, dentro da sacola, ai ela entrou pra dentro do quarto e começou, chamou a menina que trabalhava lá, falou que o celular tinha sumido e que tinha sido eu que tinha pegado. Ai eu peguei falei que não, que eu não tinha pegado, que eu posso ser pobre, se o que eu for, mais eu não sou ladra, falei pra ela. – Ai ela pegou falou assim, ‘então pega as coisas dela e joga aqui no chão, eu quero ver se não tá!’. Ai ela mandou a menina [a outra empregada da casa] me revistar tudinho, e ela pegou, jogou minha roupa no chão, começou a catar assim, pra ver se não tava, né, ai ela não achou. Ai depois ela foi pra dentro do quarto e achou o celular dela na gaveta, tava lá. (ARAÇÁ, 28 Anos, Acréscimo nosso).

Assim como, as restrições alimentares, as acusações por parte dos patrões de roubo são também bastante comuns de se ouvir de trabalhadoras domésticas. Essa é uma tentativa de difamar a trabalhadora para que ela não consiga outro lugar para trabalhar, com o intuito de dificultar o recomeço das empregadas.

E da mesma forma que a autora Pedrosa (2013) explica há mesmo uma minimização desse tipo de violência tanto por parte dos patrões, para não lhes causar problemas, como dos empregados, que possuem um sentimento: sair daquele lugar violento. Araçá segue expondo a situação:

Ai o meu tio veio e começou a discutir com ela, falou, ele disse que ele ia na delegacia, ia denunciar ela, um monte de coisas, mas eu não queria, eu falava ‘não, só quero ir embora daqui, não quero nem enxergar essa mulher na minha frente nunca mais!’ e ai a gente pegou e foi embora. Ai quando o meu tio contou pro papai, porque eu não contava, ele que contou tudinho, contou pro papai. Papai queria ir na casa dela, queria ir denunciar ela, tudo mais, eu peguei não deixei, falei ‘deixe na mão de Deus, um dia ela vai ter o que ela merece’. (ARAÇÁ, 28 Anos).

O correto seria a denúncia, pois havia testemunhas da acusação infundada, contudo, para Araçá a possibilidade de sair daquele lugar violento e ganhar novamente sua liberdade era mais importante do que prolongar o contato com sua perversa ex-patroa. Confiando na justiça divina para resolver esse problema.

Perguntada sobre possíveis situações de assédio sexual em seus locais de trabalho Araçá fala que:

Não aconteceu, não sei se é assédio mas foi assim, na casa, a primeira vez que eu vim, eu tava bem novinha e teve uma vez que eu fui tomar banho, e quando eu sai do banheiro eu, a porta do quarto lá onde eu ficava ela não tinha é, chave, ai eu ficava assim com receio de trocar de roupa por que

qualquer hora alguém podia entrar. Aí tá bom, nesse dia eu fui, tomei banho, ai eu vi que todo mundo tava assistindo tv, ai eu falei ‘tá, ninguém vem pra cá’, e fiquei atrás da porta, assim, escondidinha, só que o meu patrão viu, e ele entrou na hora que eu tava tirando minha roupa ele entrou dentro do quarto, e tipo, ao invés dele me ver e sair, não, ele continuou e eu pedi licença pra ele toda tipo com vergonha, sabe, e ai desde lá, ai eu também não quis, não queria ficar mais lá. Por que eu, assim, eu era pequena, criança, na verdade, eu era criança nessa época assim, 14 anos, eu era toda besta. Ai eu falava pra mamãe que eu não queria ficar mais lá, eu não queria, não queria, eles perguntavam porquê, porque eu sentia que foi de propósito, porquê ele me viu indo pro quarto quando eu sai do banheiro, ai então acho que se não fosse proposital ele tinha pelo menos batido né, na porta, e ele sabia que a porta não tinha tranca, não tinha chave pra trancar. Eu tinha vergonha de falar e tinha medo de continuar lá porque poderia acontecer algo mais. E foi mais isso assim, negócio de assédio foi só isso que aconteceu [...], e não aconteceu mais (ARAÇÁ, 28 Anos).

“Não foi assédio assim”, “Não aconteceu, não sei se é assédio”, nas duas situações relatadas por Araçá ela inicia afirmando não ser assédio, o que demonstra desconhecimento sobre todas as formas possíveis de assédio. No senso comum a ideia que prevalece é de que só existe o assédio sexual, com ato sexual, e que outras situações violentas não seriam. Mas, são sim. As situações de humilhação e restrição alimentar são assédios morais, já assédio sexual é qualquer ação indesejada de caráter sexual. Essas violências são muito comuns no ambiente do trabalho doméstico.

Ao fim ela demonstra que com a maturidade conseguiu se impor mais as situações conflitantes e até de outras tentativas de assédio que ela não quis expor. E então ela diz:

Porque assim, eu sempre respeitei, sabe as pessoas, e assim, nunca dei liberdade, porque, quando, as vezes eu sentia que alguém queria tirar gracinha, eu contava, eu sempre contava pros meus patrões, depois eu comecei entender, ai parei de ser mais besta [risos], eu peguei ia e contava, ai eles não mexiam. Ai graças à Deus, até hoje, ah enfim [risos], tô bem, mas foi bem difícil, muito difícil. (ARAÇÁ, 28 Anos, Acréscimo nosso).

Araçá resistiu as situações violentas impostas por seus patrões, à medida que crescia, já que desde os 12 anos já estava trabalhando como empregada doméstica. A maturidade a ajudou a entender as intenções dos adultos e a expor, não mais esconder como aconteceu com a acusação de roubo. E com alívio finaliza: “Tô bem, mas foi bem difícil”, exemplificando as experiências de muitas trabalhadoras domésticas.

Açaí ao ser perguntada também sobre assédio, teve uma resposta clara e firme, tendo sido vítima de diversas tentativas de assédio sexual por parte dos homens da família para qual trabalhava. É um relato bastante emocionado, carregado de sentimentos ruins e de consequências enfrentadas até hoje por ela.

Ela inicia contando sobre sua chegada no novo emprego:

Eu passei a morar com uma professora. Eu cuidava dos dois filhos dela, e quando eu já morava com ela, ela engravidou do terceiro filho, então ela trabalhava aqui no município e trabalhava e trabalhava em Oeiras também, pelo Estado, então depois que ela teve o nenê, eu meio que me tornei mãe da criança, porque ela passava três dias da semana fora, e era eu que cuidava de todos eles. E dentro desse contexto aí, quando ela viajava ficava eu, os três, né, e o esposo dela. (AÇAÍ, 26 Anos).

A primeira tentativa de assédio partiu do marido da patroa, nos momentos em que eles ficavam sozinhos, já que a patroa precisava trabalhar fora.

Eu lembro que uma vez eu tava dormindo, a casa tinha, eram de três andares, aí eu dormia no terceiro, eu lembro que que uma noite eu tava dormindo e eu acordei com o marido dela sentado na cama do meu lado [riso nervoso], foi horrível também. E eu fiquei muito assustada né, aí eu ameacei gritar se ele não saísse de dentro do quarto, aí, até que ele saiu. Sobre o marido dela eu não falei nada, até uma vez ela me perguntou se o marido dela já tinha tirado alguma graça comigo, ela me perguntou, porque ela me falou assim ‘porque todas meninas que vem pra cá’, ela falou assim ‘acontece algum episódio. Uma vez eu peguei ele com uma menina’, ela falou ‘que era babá dos meninos’, aí eu falei pra ela que não, que nunca tinha acontecido. Aí eu dei um chega pra lá nele e tanto é que hoje em dia, assim, depois né, até mantive contato com ela, porque eu acho que ele viu que eu não dei confiança né não sei se por medo, ele ficou com medo eu acho, aí me tratava super bem depois disso aí, nunca mais aconteceu. (AÇAÍ, 26 Anos, Acréscimo nosso).

É interessante perceber o quanto a prática de assediar as empregadas domésticas estava naturalizado naquela família, tanto que a própria patroa pergunta se já havia ocorrido algum episódio, pois parecia ser comum. E Açaí, por medo, ou pena, talvez muito mais por medo de perder o emprego preferiu não falar do acontecido, e abafar. Contudo, os constrangimentos não pararam.

As outras situações de assédio partiram dos irmãos da patroa que possuíam livre acesso a cada em que Açaí trabalhava.

E, depois disso, também sofri assédio dos irmãos dela, que foi assim, que fez com que eu saísse da casa dela. Ela tinha em três irmãos, eu acho, três irmãos, e eu sofri assédio dos três. Eles frequentavam a casa dela, e dia de domingo também, eu ia, tipo assim, eles iam fazer o passeio deles de família, então eu ia pra cuidar das crianças né, e eram lá que esses assédios aconteciam. Eu cheguei a falar pra ela, só que acho que como era irmão dela, ela não ia querer falar nada, ela abafou, então eu disse que eu ia sair porque eu não tava me sentindo mais a vontade né, na casa dela. Aí ela até falou, tipo assim, todos os dias, um dos irmãos dela ia levar açaí lá, e era eu que ia buscar, lá embaixo, na portaria, e depois disso ela falou assim ‘ah, já que tá acontecendo isso, quando ele vier trazer o açaí, tu pega pelo vão do portão, tu nem abre o portão, só pega, não fala nada e sobe de volta’, foi a única medida que ela tomou (AÇAÍ, 26 Anos).

Novamente, fica evidente que essa era uma prática comum, assediadas era normal para os homens dessa família. São os símbolos da família tradicional brasileira, pois como ela diz adiante, todos os irmãos eram casados, mas ainda assim cometiam essa prática, e para não causar “transtornos” era preferível abafar o caso, até mesmo fazendo com que a vítima se sentisse culpada. Era Açaí que deveria não mais abrir a porta, e não o irmão parar de assediá-la.

Relembrar um momento traumático não é fácil, mas Açaí foi forte e aceitou falar dessa situação violenta.

O primeiro eu lembro direitinho, foi na copa de 2014 se não me engano, eu lembro que ele, eu ia passando no corredor da casa do cunhado dela, e ele ia saindo do banheiro e ele me encostou na porta ai ele apalpou meio seio. Eu tinha acho que, uns dezesseis anos e comentei com a minha patroa que ele tinha me assediado, tinha tirado graça comigo, e ele tinha mulher, todos eles tinham mulheres, e acho que era por isso que ela não falava né, por que eles tinha mulher, ai, ela acabava não falando nada, acho, pra eles, né! (AÇAÍ, 26 Anos).

E assim como as primeiras situações de assédio a ação da patroa foi abafar, já que a família tradicional deveria prevalecer “por que destruir um casamento por uma bobagem?”. Ter seu corpo invadido é paralisante, e foi isso que essa violência fez com Açaí, a partir do assédio sexual ela precisa até hoje conviver com os traumas que isso lhe causou.

Tanto é que hoje em dia... [pausamos a entrevista pois a entrevistada começou a chorar, depois prosseguimos] ... eu fiquei com trauma e eu não deixo meu marido me tocar por causa disso, e ele sabe, ele me entende. Conversei com ele depois disso, ai meio que criei um bloqueio, assim, psicológico e eu não gosto que ninguém toque nos meus seios, de nem um jeito, me dá raiva, fico com raiva [choro]. ai quando o último episódio aconteceu eu já tava com ele, então foi mesmo o que me fez sair de lá, ai quando eu saí eu me juntei com ele, já (AÇAÍ, 26 anos, Acréscimo nosso).

Para Açaí ter seu corpo tocado sem sua permissão foi o fim para ela decidir sair daquele espaço violento. É interessante perceber a quantidade de violência, assédio moral por exemplo, que as empregadas domésticas se submetem para não perder seu emprego, que as vezes é o único sustento de sua família. Mas também, quando essas práticas passam para a categoria de assédio sexual a reação delas é mais contundente, não aceitando tal situação.

A minimização das violências e a não interferência do Estado, com leis que garantem o direito das empregadas, estão, como afirma Pedrosa (2013), “carregados pelo imaginário do trabalho escravo, uma relação escravocrata que não era algo apenas econômico, mas moral” (PEDROSA, 2013 p. 75). Temos o exemplo do incomodo que foi a criação das

cadernetas de trabalho, apresentada anteriormente, em que os empregadores achavam um abuso de privacidade existir leis que proibiam determinadas ações, e garantir os poucos direitos que tinham os empregados. Assim ainda perdura esse imaginário, de que os trabalhadores domésticos não deveriam ter direitos trabalhistas, devendo ser eternos servos ou crias de família.

2.3. OS DIREITOS DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS E AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS POR ESSAS TRABALHADORAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Os marcos legais de garantias de direitos das empregadas percorrem um longo caminho, que ainda há falhas. Desde a articulação para a promulgação da CLT, passando pela Constituição Federal de 1988, até a PEC de 2013, os direitos garantidos para as empregadas domésticas são feitos a conta gota, em que os legisladores encontram “brechas” para justificar: as longas horas de trabalho, a ausência de férias e folgas, baixos salários e quase nenhum amparo em momentos de doenças ou desemprego.

No início do trabalho apresentamos a transição do trabalho escravo para o assalariado, neste momento iremos falar dos marcos legais que envolvem os direitos das trabalhadoras domésticas, até o momento que chegaremos a pandemia, momento em que a desigualdade e desamparo dessas trabalhadoras ficou muito mais evidente.

As más condições de trabalho e a negação de direitos as trabalhadoras domésticas lhes causam inúmeras situações de violência e humilhação, é como se a sociedade não as visse como “merecedoras de direitos trabalhistas reconhecidos” (SILVA, 2021, p. 2).

Nesse sentido, é durante o governo de Getúlio Vargas que se inicia uma organização mais efetiva dos direitos dos trabalhadores, por meio do Decreto-Lei 3.078, contudo sem muito efeito para as empregadas domésticas. A CLT surge deste decreto, mas o trabalho doméstico não é contemplado pelos direitos garantidos, e a causa está expressa em seu artigo 7º:

Art. 7º: os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam:

a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas. (SILVA, 2021, p. 2).

Para os legisladores o trabalho desenvolvido pelas trabalhadoras domésticas era não econômico, ou seja, não gerava lucro. Mas, sem o trabalho delas seus patrões não poderiam ir trabalhar e “assim gerar lucros”. É o “marco da segregação jurídica do trabalho doméstico no Brasil” (VIEIRA, apud MELLO, 2020, p. 254).

A intenção era deixar esse trabalho na informalidade, perpetuando as crias de família, quase que uma manutenção da escravidão. Outro ponto era que elas seriam somente prestadoras de serviço, uma espécie de trabalho por temporada, sendo assim, não precisariam de direitos garantidos, mas, já ficou demonstrado neste trabalho os inúmeros ciclos de gerações que trabalham como domésticas nas mesmas casas de famílias, isso não é prestar serviço.

Já durante a Constituinte de 1988 se abre uma nova possibilidade de garantia de direitos para as trabalhadoras domésticas. Nesse momento alguns direitos são garantidos, mas ainda bem distante dos outros trabalhadores, seja urbano ou rural, é um texto falho, talvez só não tenha deixado as trabalhadoras de fora, assim como na CLT, por conta da mobilização organizada por trabalhadoras domésticas a partir de uma Carta escrita por elas endereçada a Constituinte, mas ainda assim foram tratadas como quase trabalhadoras no texto final. (MELLO, 2020).

A luta dessas mulheres é historicamente contínua, e as articulações foram essenciais para enfrentar muitas resistências, como, por exemplo, a relativa conquista do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), que foi instituído de modo facultativo para categoria com a Lei nº 10.208/2001, que alterou a Lei nº 5.958/1972. Apenas com a Lei nº 11.324/2006, que alterou a Lei nº 5.958/1972, é que foram introduzidos o descanso remunerado nos feriados, a estabilidade para gestante e a vedação de descontos salariais por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia. (VIEIRA, apud MELLO, 2020, p. 256).

É notório que ainda hoje no Brasil, a vivência das trabalhadoras domésticas se assemelha aos traços do sistema escravocrata, a submissão das trabalhadoras para com seu patrão, o excesso de carga horária e a péssima remuneração pelos serviços prestados, refletindo assim, nas leis trabalhistas dessa categoria. Com a mobilização das mulheres pertencentes a essa categoria, reivindicaram seus direitos para que pudessem ter condições dignas de trabalho, como o acesso aos direitos trabalhistas que inclui o 13º salário, seguro-desemprego, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o direito à aposentadoria, mesmo assim o processo de mudança é lento, fazendo com que não se aproximem das demais profissões do mercado de trabalho.

A Constituição de 1988, considerada uma das melhores Cartas que já existiu no país, foi negligente quanto a garantia de direitos às domésticas, concedendo a estas apenas uma parte do que fora garantido aos demais trabalhadores urbanos e rurais. Tal exclusão denota o desamparo que as domésticas sempre sofreram no que tange à segurança dos seus direitos pelas legislações vigentes. (SILVA, 2021, p. 2).

Uma efetiva mudança surge somente em 2013 com a Emenda Constitucional 72/2013, comumente chamada de PEC das Domésticas, Lei Complementar Nº 150/2015. As decisões tomadas durante a Constituinte não foram revogadas, o que aconteceu foi somente a extensão dos direitos previstos na lei para as trabalhadoras domésticas, um total de 16: Jornada de trabalho, salário-mínimo, férias e folgas, 13º salário, licença maternidade, FGTS, Seguro-desemprego, equipamento de proteção. (MELLO, 2020).

As dificuldades para a regulamentação da categoria das trabalhadoras domésticas não é o único desafio a ser enfrentado por essas mulheres, a violência através do racismo, assédio sexual e moral também se tornam um dos problemas enfrentados por elas. A violência doméstica abrange essas mulheres, devido esses trabalhos estarem vinculados no meio informal, como é o caso também das ambulantes, das cambistas etc. E há também um número grande de mulheres que exercem as atividades domésticas na casa de terceiros, que são as empregadas domésticas, as babás e as faxineiras, a falta de fiscalização contribui para a sobrevivência da exploração desse trabalho doméstico.

As trabalhadoras domésticas são as responsáveis pelas tarefas que se direcionam ao cuidado do outro, sendo crianças, idosos, doentes e do espaço da casa também, essas mulheres em sua maioria são negras, além daquelas que são contratadas por seus empregadores, temos uma outra ramificação desse trabalho doméstico que se trata das mulheres rurais que se deslocam para a cidade em busca de estudos ou trabalho e se hospedam em casas de parentes e passam a realizar os trabalhos domésticos e de cuidados, na maioria das vezes sozinha e recebem como pagamento um lugar para morar, a alimentação e algo que possa ganhar uma vez ou outra.

A partir do texto de Marília de Mello, em que a autora apresenta dados disponibilizados pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de 2019 e pelo PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2018, temos o seguinte contexto do trabalho doméstico no Brasil:

Mais de 6 milhões de pessoas exercem o trabalho doméstico remunerado no Brasil. As mulheres correspondem a 92% dessa categoria, o que indica 80% das mulheres eram trabalhadoras nos serviços domésticos gerais, 10% se identificavam como cuidadoras de crianças, 9% como trabalhadoras de

cuidados pessoais e 2% como cozinheiras, no espaço privado. Entre os homens em geral as atividades são exercidas externamente, como cuidado com hortas, viveiros, jardins e a condução de automóveis (58%), no espaço público. Os menores valores pagos estão sempre na região Nordeste, enquanto as regiões Sul e Sudeste apresentam salários mais elevados, e as profissionais brancas recebem mais que as negras em todas as regiões do País (MELLO, 2020, p. 257-258).

A quantidade de mulheres como trabalhadoras domésticas ainda é muito grande, se fizermos uma comparação com o período de transição da escravidão para o assalariamento, essa realidade não muda muito. Outro ponto que não muda é a fixação dessas trabalhadoras no espaço privado, ou seja, dentro da casa, os afazeres domésticos “obrigam” que elas permaneçam por muito tempo no interior das casas, com contato diário com a família contratante. Já os homens que trabalham com os serviços domésticos permanecem bem mais tempo no espaço público, ou seja, fora da casa, em atividades secundárias. Assim como mulheres livres brancas e negras disputavam vagas de emprego no período de transição, e ter a cor da pele mais clara trazia alguns benefícios, ainda é uma realidade no Brasil atualmente, tendo as mulheres negras que recebem um menor salário em uma mesma atividade feita por uma mulher branca.

O trabalho doméstico muitas vezes é associado as memórias do trabalho escravo, destinado a pessoas negras, com baixa escolaridade, com baixos salários. É a ideia de que trabalhos manuais desqualificam as pessoas, ou seja, no trabalho doméstico fica mais evidente como a questão racial está envolvida Mello (2020), apresenta as características desse trabalho:

A questão sobre o trabalho doméstico não gerar lucro é o ponto da sua desvalorização. Nessa discussão, ignora-se o seguinte fato: para que outros trabalhadores/as executem as atividades entendidas como lucrativas, uma pessoa precisa dispor do seu tempo, vigor físico e intelectual para executar o serviço doméstico dos quais os demais se eximiram (MELLO, 2020, p. 267).

Uma questão bastante atual é a necessidade das empregadas domésticas em casas de família para que as mulheres contratantes possam sair para trabalhar. Não havendo uma divisão sexual do trabalho doméstico as mulheres seguem sobrecarregadas, sendo necessário contratar alguém para fazer os serviços domésticos, enquanto os homens seguem sem se preocupar para seus empregos. E nas casas das trabalhadoras o mesmo ciclo se repete, tendo ela que contratar alguém para cuidar de sua casa.

Para a trabalhadora doméstica, a sua saída para o público é um retorno para o privado. O encontro dessas duas esferas, o trabalho remunerado (público)

dentro do domicílio de outras famílias (privado), gera a dupla opressão do trabalho doméstico. (MELLO, 2020, p. 265).

Mello (2020) nos fala das lacunas que o trabalho doméstico cobre, sendo a principal a falta de estrutura para as mães que precisam deixar seus filhos para trabalhar, como creches e escolas infantis, em seguida uma remuneração adequada para que as trabalhadoras consigam sustentar suas famílias, pontos chave que ajudariam tanto a contratante, como a contratada.

As trabalhadoras domésticas, portanto, vêm permitindo, por séculos, economizar investimentos públicos em creches, cancelar ou adiar o projeto de escolas públicas em tempo integral, bem como a oferta de abrigo para pessoas doentes e idosas (COSTA, apud MELLO, 2020, p. 266).

Sendo assim, podemos inferir que essa também é uma intenção de deixar o trabalho doméstico com o status de informal, em que os patrões e empregados podem negociar os direitos trabalhistas. Pois, uma maior oferta de trabalhadoras domésticas “desobriga” o Estado em investir em infraestrutura educacional e casas de repouso, já que não haveria demanda.

Seguindo essa linha de equiparação do trabalho doméstico, Marília Mello (2020) busca fazer uma associação entre as violências sofridas pelas domésticas e a possibilidade de se utilizar a Lei Maria da Penha como forma de punição aos patrões, já que essas trabalhadoras estão no ambiente doméstico, e muitas delas passam mais tempo em seu trabalho do que em sua própria casa.

A autora explica que na Lei nº 11.340/2006 em seu artigo 5º que apresenta as formas de violência doméstica contra mulher, evidenciando algumas hipóteses, sendo que a última poderia ser utilizada, ou contemplar as trabalhadoras domésticas:

A primeira hipótese apresentada no artigo pressupõe que a ação ou omissão tenha motivação de gênero, em ambiente doméstico, e seja realizada contra mulheres “com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas” (MELLO, 2020, p. 262).

A ideia do sem vínculo familiar pode muito bem se encaixar na relação que as trabalhadoras domésticas possuem com seus contratantes. E não deve somente ser pensada para aquelas relações, como vimos no decorrer do trabalho, em que algumas trabalhadoras são identificadas como “quase da família”, pois esse discurso desvaloriza o trabalho, não evidenciando que é no ambiente privado-doméstico que os trabalhos são desenvolvidos. A intenção é que os casos de violência contra trabalhadoras domésticas sejam punidos com maior vigor.

Seguindo para os acontecimentos mais recentes, se faz necessário falar um pouco da relação do trabalho doméstico com o período da pandemia de Covid-19, pois essas trabalhadoras foram expostas a muitos riscos tendo que continuar, quase de forma obrigatória, a trabalhar na casa dos patrões.

A precarização do trabalho doméstico, mais uma vez, ficou evidenciada e a sua importância e essencialidade só ganham destaque para expor essas trabalhadoras em prol do conforto da “família brasileira” ou com a justificativa de proporcionar a saída de outras mulheres para o espaço privado. (MELLO, 2020, p. 269).

O discurso que se queria evidenciar durante a pandemia era de que as trabalhadoras domésticas eram um serviço essencial, sendo assim elas deveriam continuar a trabalhar, enquanto seus patrões estariam no serviço remoto, estratégia adotada por muitos empregadores para combater a disseminação do vírus. Segundo a autora nenhum decreto definiu o trabalho doméstico como essencial, ou seja, as trabalhadoras deveriam ficar em casa.

Contudo, com o passar do tempo do isolamento social algumas flexibilizações foram feitas como exemplo em Recife:

Apenas uma parte das/os profissionais que realizam o trabalho doméstico foi incluída como trabalho essencial, a exemplo das babás que cuidam de filhos de profissionais da saúde e da segurança nos dias em que precisem trabalhar durante a pandemia, e das cuidadoras de idosos e deficientes, fazendo com que pudessem ser demandadas por seus patrões e patroas mesmo após o decreto estadual que impôs quarentena rígida no Recife e em outros Municípios da sua região metropolitana. (MELLO, 2020, p. 270).

Entendemos a importância dos profissionais da saúde e da segurança, mas, colocar a vida de outra pessoa em risco, além de distanciá-la de sua família não deveria ser uma opção, além de saber quem iria fiscalizar essas entradas e saídas de trabalhadoras domésticas? Pois o decreto poderia ser usado por outras famílias, pensando no grau de escolaridade das domésticas, o poder aquisitivo dos patrões. Essas questões fogem do controle e somente beneficiam os patrões.

E as consequências foram que as trabalhadoras domésticas se tornaram alvo para a Covid-19, como o primeiro caso de morte por Covid-19 no Rio de Janeiro. Nas manchetes nos jornais eletrônicos: “Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon”, essa foi usada pelo Portal UOL – Saúde. A pandemia acentuou ainda mais as desigualdades da classe trabalhadora, para a maioria das mulheres não se teve o direito ao

isolamento deixando-as em situação de vulnerabilidade e ainda tendo um aumento das tarefas no trabalho. Mesmo com:

A idade avançada e os problemas de saúde uma empregada doméstica de 63 anos percorre semanalmente 120 km de sua casa humilde em Miguel Pereira, no sul fluminense, até o apartamento onde trabalhava no Alto Leblon, bairro da zona sul do Rio. Ali ela trabalhou como empregada doméstica por mais de dez anos até a última segunda-feira (16), quando apresentou os primeiros sintomas do coronavírus e morreu no dia seguinte. A patroa voltara de viagem recentemente da Itália, país que já registra o maior número de mortes pela doença, e aguardava o resultado do exame quando a empregada chegou ao trabalho no domingo (15). Morava no emprego uma parte da semana. "Ela não era aposentada, porque ainda não tinha tempo de contribuição para isso. Então, mesmo com obesidade, diabetes, hipertensão e infecção urinária, ela continuou trabalhando. Ela precisava do dinheiro", destacou, emocionado, um dos irmãos da vítima. (PORTAL UOL – SAÚDE, por Maria Melo, 2020).

Situações parecidas se tornaram constantes pelo Brasil, sendo assim houve algumas movimentações e manifestações de trabalhadores e trabalhadoras domésticas que buscavam coibir essas ações de patrões que queriam o retorno de suas empregadas para o trabalho.

Como esse fenômeno ocorreu em outros Estados, a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) e várias outras entidades se mobilizaram para evitar tal situação, fazendo com que alguns Estados retirassem o trabalho doméstico da lista de atividades essenciais¹³. (MELLO, 2020, p. 270).

Assim como elas resistiram aos cativéis colocando em prática inúmeras formas de fuga, durante a transição para o trabalho assalariado quebrando o modelo escravista, e durante a Constituinte que se organizaram como uma categoria de trabalhadoras, durante a pandemia não foi diferente. Essas mulheres lutaram para se manterem vivas, se organizaram para que suas famílias não ficassem desamparadas nesse momento atípico, que ninguém esperava. E assim podemos afirmar que essas trabalhadoras merecem respeito e condições dignas de trabalho.

Portanto, segundo afirma Pinto (2004), as histórias e experiências de vida das mulheres quilombolas evidenciam, em termos de estatística, que elas também fazem parte das histórias de outras mulheres brasileiras, seja da zona urbana ou rural, onde o trabalho feminino muitas vezes desaparece, se torna “invisível, contado apenas como atividades complementares ao trabalho masculino”. Ocasionalmente em muitas situações a “exclusão da mulher dos benefícios conquistados pelo esforço do seu próprio trabalho, como, remuneração

justa, assistência providenciária de modo geral, proteção trabalhista e aposentadoria, direitos, estes, que são assegurados pela própria Constituição Brasileira.”⁹ (PINTO, 2004, p. 234).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho pretendeu entender as razões pelas quais adolescentes de comunidades quilombolas do município de Cametá-Pará, na região amazônica, migram para a cidade e porque o trabalho doméstico em casa de família é a opção mais viável para elas, experiências essas, vividas por muitas mulheres do meu convívio, que saíram de suas comunidades e vieram pra Cametá, para a capital, Belém e outras cidades e até mesmo outros estados, o que despertou ainda mais meu interesse em pesquisar sobre este tema e entender um pouco mais sobre minha própria história.

O suporte teórico-metodológico da pesquisa qualitativa utilizado neste trabalho foi fundamental para a sua conclusão, pois a coleta de dados sendo feita a partir de entrevistas semiestruturadas e também de conversas livres em que as falas das entrevistadas ajudaram no desenvolvimento do roteiro. Além dos autores que auxiliaram na análise dessa temática, favorecendo que entendêssemos como era realizado a saída dessas jovens de suas comunidade.

Para se atingir uma compreensão de como esse movimento de saída de jovens para os centros urbanos, seus interesses, os postos de trabalho que ocuparam e as violências que possivelmente poderiam ter sofrido, tanto psicológicas quanto físicas, definiu-se três objetivos específicos. O primeiro foi analisar o processo de transição do trabalho escravo para o assalariado, em particular o trabalho doméstico onde verificou-se que, essa transição teve inúmeras consequências principalmente para as mulheres, pois, com o fim do trabalho escravo e com a chegada crescente de imigrantes, a disputa entre mulheres, tanto libertas, quanto livres, pobres ou imigrantes aumentava, causando um inchaço de disponibilidade e consequentemente, desvalorização deste posto de trabalho.

Depois, buscamos identificar os processos migratórios em territórios quilombolas, territórios que foram formados justamente por esses movimentos de entrada e saída de

⁹ O art. 5º da Constituição salienta que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à propriedade” e, no parágrafo I, se refere: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição”. Já o art. 7º estabelece que “são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que vise a melhoria de sua condição social” e mais especificamente no parágrafo XX assegura “proteção do mercado de trabalho da mulher mediante incentivos específicos, nos termos da lei”.

peessoas, de onde as entrevistadas migraram para a cidade, ainda adolescentes e destacam como principal motivo a continuação dos estudos, já que nas comunidades as escolas trabalhavam apenas o fundamental menor, que seria hoje o 5º ano (ainda são poucas as comunidades que possuem fundamental maior ou o ensino médio), melhoria de vida e a possibilidade de ajudar suas famílias. No entanto, para isso fosse possível a única alternativa seria ou sendo cria de família, através da relação de compadrio ou indo para casas de família já com a finalidade de exercer o serviço doméstico, onde podemos perceber que tal função é herança do passado escravocrata, machista onde há uma divisão sexual do trabalho tendo o trabalho doméstico como exclusividade feminina, naturalizando o trabalho feminino na economia doméstica. Além da questão de gênero, o trabalho doméstico não exige qualificação, portanto, é a melhor alternativa ou a única para essas meninas serem incorporadas ao mercado de trabalho, mas também traz muitos riscos, como a exploração e abusos psicológicos e sexuais.

Sendo assim, analisamos as histórias de violência sofridas por essas adolescentes em seus postos de trabalho. Primeiramente identificamos a exploração do trabalho dessas adolescentes, pois, como foi dito anteriormente, muitas meninas migram com o intuito de dar prosseguimento aos estudos, contudo, a grande carga de trabalho em alguns casos, não permitia que elas conseguissem acompanhar os estudos, como ocorreu com a adolescente Araçá, que relatou ter repetido cerca de três anos a sétima série. Apesar de realizarem tarefas a mais do que deveriam, na maioria das vezes não recebiam seus pagamentos de acordo com o que lhes havia sido prometido ou nem mesmo qualquer vantagem, algumas vezes essas adolescentes não recebiam nada além de alimento e um teto para morar. Dessa forma os patrões mantinham uma relação de dependência dessas jovens para com eles, configurando um assédio moral.

Além disso, os assédios sexuais também são práticas que ocorrem com certa frequência com essas adolescentes no ambiente de trabalho doméstico, ou pelos próprios patrões ou por outros homens da família para qual trabalham, no entanto, por serem ainda muito novas, imaturas ou até mesmo não possuírem conhecimento acerca das definições do que seria assédio ou não, acabam não conseguindo identificar tais práticas abusivas e, em alguns casos onde se identificam os abusos, não denunciam, seja por medo de perder o emprego ou simplesmente para cortar laços de forma definitiva com seus agressores e ganhar novamente sua liberdade. Entendemos que, na maioria das vezes minimizar ou ignorar os

assédios morais com o intuito de manter-se no emprego é uma prática comum e que esse ciclo de assédios só é rompido quando passam a ter conotação sexual.

A luta por direitos para trabalhadoras domésticas ocorre desde a transição do trabalho escravo para o assalariado, no entanto, apesar de algumas conquistas, ainda são insuficientes, falhas e o Estado tem dificuldade em fiscalizar as trabalhadoras que exercem a atividade doméstica, o que contribui para que os assédios, exploração e também o racismo sobrevivam nesse ambiente de trabalho. Exemplo disso foi a manutenção dos serviços domésticos durante a pandemia da Covid-19. Mesmo sem nenhum decreto definindo o serviço como essencial, muitos patrões o consideravam, pois trabalhavam de forma remota e precisavam de alguém pra cuidar fazer os serviços domésticos enquanto estavam cumprindo suas funções de trabalho em casa, colocando, contudo, a saúde e a vida de empregadas domésticas em risco, além de distanciá-las de suas famílias.

Portanto, este estudo é apenas o início de muitos outros que virão e não pretende esgotar o tema em poucas linhas, tendo em vista a escassez de trabalhos referentes ao mesmo. Há muitas lacunas a serem preenchidas sobre a relação patrão/empregada que ainda estão camufladas por leis falhas, que não se cumprem de fato e que, esses acontecimentos têm forte ligação com o passado escravocrata, não apenas no sentido econômico, mas também moral, perdurando a ideia de que os trabalhadores domésticos não deveriam ter direitos trabalhistas, devendo ser eternos servos ou crias de família

O trabalho de crianças e adolescentes no serviço doméstico é muito comum ainda atualmente, no entanto tem pouca visibilidade, sendo difícil de identificar os abusos, a exploração e todas as formas de violência sofridas pelas adolescentes que ainda seguem migrando para as cidades, pois a ideia de proteção que o “lar” fornece nos impede de enxergar tais fatos. Sendo assim, pesquisas e estudos acerca deste tema são de suma importância para que possamos proteger, dar suporte, criminalizar práticas indevidas e garantir os direitos das adolescentes e de todas as mulheres que exercem o trabalho doméstico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, Fausto. Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil. R. bras. Est. Pop. Campinas, V. 21, N. 1, p. 5-20, Jan/Jun. 2004.

DANTAS, Luísa Maria Silva. “Pais” ou “Patrões”: Um estudo sobre “crias de família” na Amazônia. Universidade Federal do Pará. Belém, 2008. (Trabalho de Conclusão de Curso).

FARIA, Guélmer Júnior Almeida. MACEDO, Luiz Antônio de Matos. Meninas migrantes: A migração infanto-juvenil rural e sua inserção no trabalho doméstico urbano. Volume 15, N. 22, Jul/Dez. p. 103-115, 2013.

FREITAS, Rhana Beatriz Maia de. A atuação da massa cabana na vila de Cametá no Grão-Pará – 1823 a 1840. Faculdade de História do Campus Universitário do Tocantins/UFPA-Cametá, 2018. (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC).

GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. 1a ed.— São Paulo : Claro Enigma, 2015.

GOMES, Flávio dos Santos. No labirinto dos rios, furos e igarapés: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, C. XIX-XX. História Unisinos, v. 4, p. 281-292, 2006.

LAMARÃO, Maria Luiza Nobre. A constituição das relações sociais de poder no trabalho infanto-juvenil doméstico: Estudo sobre estima e subalternidade. Universidade Federal do Pará. Belém, 2008. (Dissertação de Mestrado).

MELO, Maria Luisa de. Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon. Colaboração para o UOL, Rio de Janeiro, 19/03/2020. Disponível em: < Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon - 19/03/2020 - UOL Notícias > Acesso em 17/05/2023.

MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. As trabalhadoras domésticas e a dupla face da violência doméstica em tempos de pandemia. RDP. V.17, n.96. Brasília, 2020.

PEDROSA, Claudia Mara. O trabalho doméstico e o espaço privado: Iniquidades de direitos e seus impactos na vida das mulheres negras. In: Igualdade racial no Brasil: Reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. Brasília: Ipea, 2013.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolo de poder feminino em povoados amazônicos. Belém: Paka-Tatu, 2004.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina. Belém: Açáí, 2010.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Os Remanescentes de Quilombolas na Região do Tocantins (PA): História, Cultura, Educação e Lutas por melhores condições de vida. In: Dimensões da Inclusão no Ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação

quilombola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006: 271-302.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes; PINHO, V. A.; GRANDO, B. S. História, Memória e Educação Dos Remanescentes Quilombolas De Boa Esperança – Pará. Revista Trabalho Necessário, V.18, p.115 - 138, 2020.

SANTIAGO, Ketno Lucas. SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira. SOUZA, Ana Paula Vieira e. Migração negra interna e identidade cultural no quilombo do América: uma contribuição. Nova Revista Amazônica. V. VI. Dezembro, 2018.

SILVA, Pedro Igor Nascimento da. Trabalho doméstico no Brasil: um passado e presente de negação de direitos. X Jornada Internacional Políticas Públicas. Ambiente Virtual, 2021.

TELLES, Lorena Féres da Silva. Libertas entre sobrados: Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão. Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, 2011. (Dissertação de Mestrado).